

Universidade Católica Portuguesa



Faculdade de Direito

A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A PROBLEMÁTICA DA SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS PORTUGUESES

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa no âmbito do
Mestrado Profissionalizante em Direito Forense

Orientadora: Professora Doutora Maria Clara Sottomayor

Petra Regina Boavista e Silva Garcia

Março de 2012

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
Escola de Lisboa



A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A PROBLEMÁTICA DA SUA APLICAÇÃO NOS TRIBUNAIS PORTUGUESES

Petra Regina Boavista e Silva Garcia

Tese apresentada à

Universidade Católica Portuguesa

para obtenção do grau de mestre em

Ciências Jurídicas Forenses,

sob a orientação da

Professora Maria Clara Sottomayor

Lisboa, Março de 2012

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Clara Sottomayor, minha orientadora, pela ajuda, incentivo e dedicação.
Pela inestimável partilha de conhecimento.

Aos meus Pais, os melhores do mundo, pelo infindável amor e compreensão, pelo apoio incondicional. As palavras não serão nunca suficientes para vos dizer obrigada por tudo.

À minha Avó, pelas suas críticas pertinentes, que só manifesta quem muito nos quer bem.
Pelo amor, amizade, por tudo o que me ensinou, por todos os mundos que me mostrou. Por nunca me deixar parar de sonhar.

Ao meu Avô, pelas palavras de incentivo, pela exigência, por nunca me dizer que não. Um grande obrigada pela paciência infinita.

Ao Filipe, obrigada por tudo o que não sabes que fazes por mim. Obrigada por nunca me deixares desistir, por me fazeres acreditar sempre.

Aos meus Amigos, por nunca me deixarem esquecer que há algo mais para além do Direito, mas acima de tudo por me ensinarem a rir todos os dias.

"As Crianças começam sempre por amar os seus Pais;

Crescidas, julgam-nos;

Por vezes, perdoam-lhes."

Oscar Wilde

Abreviaturas

AA.VV. – Autores vários;
Ac. – Acórdão;
al. – Alínea;
AP – Alienação Parental;
Art. – Artigo;
CC – Código Civil;
CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança
CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde;
CP – Código Penal;
CRP – Constituição da República Portuguesa;
DDC - Declaração dos Direitos da Criança
DSM – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais;
LPCJP – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;
ob. cit. – Obra citada;
OTM – Organização Tutelar de Menores;
PA – Parental alienation;
PAS – Parental Alienation Syndrome;
Prof. – Professor;
RP – responsabilidades parentais;
SAP – Síndrome de Alienação Parental;
STJ – Supremo Tribunal de Justiça;
TRE – Tribunal da Relação de Évora;
TRG – Tribunal da Relação de Guimarães;
TRL – Tribunal da Relação de Lisboa;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I - Responsabilidades Parentais e o Critério de Decisão Legal: O Superior Interesse da Criança	 10
 CAPÍTULO II - A (suposta) Síndrome de Alienação Parental	 16
 CAPÍTULO III - Uma análise crítica da SAP e a problemática da sua aplicação nos Tribunais Portugueses	 22
a) Confusão terminológica, carácter indeterminado e circular dos critérios de diagnóstico da SAP	24
b) Falta de validade científica da tese da SAP	27
c) Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e abuso sexual – a desvalorização das alegações e a inversão do ónus da prova.....	31
d) A discriminação das mulheres nos Tribunais face à SAP	38
e) O tratamento Recomendado e o perito como juiz: da Terapia da Ameaça à utilização de meios coercivos;	40
 CAPÍTULO IV - Síndrome de Alienação Parental ou Alienação Parental?	 46
CONCLUSÃO - A recusa da criança e a necessidade da busca por uma nova solução.....	48

ANEXOS.....	51
BIBLIOGRAFIA.....	73

INTRODUÇÃO

Estamos hoje perante um novo paradigma da família, abandonou-se a tradicional concepção de família numerosa, surgindo um conceito de "pequena família" ¹, tendencialmente coincidente com a família conjugal composta pelos cônjuges e pelos filhos menores de idade². Paralelamente os regimes tradicionais viram-se fortemente abalados com a entrada da mulher no mercado de trabalho, assumindo um papel cada vez mais ativo fora do âmbito familiar^{3 e 4}. Nas últimas décadas a profunda transformação no seio das famílias portuguesas consubstancia-se no acompanhamento dos outros países no movimento global (de aumento) da ruptura conjugal⁵, constatando-se que o divórcio se tornou um fenómeno demográfico cada vez mais frequente^{6 e 7}.

Apesar de todos os benefícios que esta evolução social trouxe, não pode deixar de se referir, que se criaram simultaneamente novas realidades sociais e dificuldades acrescidas⁸, nomeadamente as dificuldades vivenciadas pelas crianças cujos pais estão em conflito, problemática que cada vez mais ganha visibilidade, sendo necessário determinar-se de que forma poderá o sistema judicial protegê-las.

Idealmente pretende-se que ambos os progenitores, mesmo após o divórcio, continuem a fazer ativamente parte da vida dos filhos, colaborem nas decisões de grande relevância, e mantenham com eles uma relação saudável⁹. É precisamente nos casos em que os progenitores não conseguem chegar a acordo, verificando-se uma relação altamente conflituosa, que se exige uma intervenção do Tribunal quanto ao estabelecimento de um

¹ Vide Anexo 1;

² MARTINS, Rosa, *Menoridade, (In)capacidade e cuidado parental*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;

³ CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de, A (síndrome de) alienação parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pág. 25;

⁴ AA. VV, *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2011*, INE, 2011, disponível em: <http://www.ine.pt>; consulta a 20/2/2012; pág. 8; vide anexos 2, 3 e 4;

⁵ CASALEIRO, Paula, *Divórcio em Portugal*, 2003, acedido em: <http://www4.fe.uc.pt/>, pág. 4; consulta a 7/1/2012;

⁶ Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Demográficas – Divorcialidade*, 2003, acedido em: <http://www.ine.pt/>; Vide anexos 5 e 6;

⁷ Instituto Nacional de Estatística, *Indicadores Sociais 2010 - Principais Resultados*, 2011, acedido em: <http://www.ine.pt/>;

⁸ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Uma análise Crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos Tribunais de Família*, in *Jugar*, nº13, Janeiro/Abril de 2011, Coimbra Editora, pág. 72;

⁹ Principle 3:1 (b), AA.VV., *Principles of European Family Law Regarding Parental Responsibilities*, Comissão de Direito da Família Europeu (Commission on European Family Law), acedido em: <http://www.ceflonline.net/>; consulta a 11/1/2012;

regime sobre o exercício das responsabilidades parentais¹⁰. É também nestas situações que se verifica frequentemente o incumprimento do regime de visitas então estabelecido, com acusações mútuas e infundáveis por parte dos progenitores, muitas vezes esquecendo-se as crianças que se perdem no “fogo cruzado”, e que passam a ser meros peões num jogo de adultos.

Aliada a esta situação confrangedora e difícil e ao sentimento de perda do lar, a criança muitas vezes não tem capacidade para exteriorizar, de forma adequada, o desequilíbrio emocional gerado pela vivência de tal situação. O que leva a uma incompreensão pelos pais das suas reações, especialmente quando um deles vê a sua posição e relação paternal abalada em virtude daquelas. Fala-se a este propósito da recusa da criança à relação com um dos pais¹¹, normalmente com o progenitor não guardião. Muito se tem escrito a propósito das causas desta recusa, sendo que tem ganho grande mediatismo entre magistrados, advogados, médicos, psicólogos, jornalistas e até a população em geral, como forma de explicação deste fenómeno, o (suposto) Síndrome de Alienação Parental. O nosso trabalho procura centrar-se exatamente sobre as controvérsias associadas a esta Síndrome, mais particularmente sobre a problemática da sua invocação e aplicação nos Tribunais portugueses, no âmbito dos processos de regulação das responsabilidades parentais.

¹⁰ AAVV – Ministério da Justiça, Edição da Direcção-Geral da Política de Justiça, *Os números da justiça 2010 – Principais indicadores das Estatísticas da Justiça*, 2011, acedido em: <http://www.dgpj.mj.pt/>; consulta a 12/1/2012, pág. 22; Vide anexos 7 e 8;

¹¹ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 156;

CAPÍTULO I

Responsabilidades Parentais e o Critério de Decisão Legal: O Superior Interesse da Criança

Tradicionalmente o poder paternal, que desde a entrada em vigor da Lei 61/2008 foi substituído pela expressão “responsabilidades parentais”, é entendido como o principal meio de suprimento da incapacidade de exercício dos filhos menores de 18 anos, não emancipados (cfr. Art. 122º, 123º, 124º, 1871º e 1877º CC). Todavia esta concepção redutora do poder paternal, que o concebe exclusivamente como meio de representação legal (art. 1881º CC)¹², desconsidera a sua faceta, que traduz o dever de assegurar o bem-estar moral e material do filho¹³. Tal como a Prof. Clara Sottomayor defende¹⁴, deve antes optar-se por uma “*concepção personalista das responsabilidades parentais*” em que a criança é considerada como um sujeito susceptível de ser titular de relações jurídicas, mas também como uma pessoa dotada de sentimentos, necessidades e emoções, a quem é reconhecido um espaço de autonomia e autodeterminação¹⁵. Nas palavras da Prof. Rosa Martins devemos falar de um verdadeiro “*carácter vinculado do poder paternal ao interesse da criança*”.¹⁶ Verifica-se, assim, uma aproximação aos princípios orientadores da comunidade europeia em matéria de responsabilidades parentais¹⁷. Deste carácter funcional das responsabilidades parentais resulta que o exercício dos direitos e deveres que as integram visa antes de mais a salvaguarda, promoção e realização do **interesse da criança**.

O processo de regulação do exercício das RP encontra-se plasmado nos artigos 174º e 185º da OTM, bem como nos artigos 1905º a 1912º do CC, visando este uma “*linha de responsabilidade conjunta dos pais*”¹⁸. Esta foi umas das grandes inovações introduzidas pela

¹² MARTINS, Rosa, ob. cit. pág. 158 e 159;

¹³ Princípio 1, alínea a da Recomendação R (84) 4 sobre as responsabilidades parentais, adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 28 de Fevereiro de 1984;

¹⁴ Neste sentido parece também pronunciar-se ROSA MARTINS, ob. cit., pág. 159;

¹⁵ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 17;

¹⁶ MARTINS, Rosa, ob. cit. pág. 149;

¹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa/ GOMES, Conceição/ FERNANDO, Paula e OLIVEIRA, Patrícia, *O novo regime jurídico do divórcio em avaliação*, Centro de Estudos sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 30 de Setembro de 2010, pág. 107; Também a Comissão de Direito da Família Europeu, nos *Principles of European Family Law Regarding Parental Responsibilities*, opta pelo termo “*responsabilidades parentais*” (Principle 3:1) e a Recomendação R (84) 4 do Comité de Ministros do Conselho da Europa;

¹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa, *et. al.*, ob.cit., pág. 107;

Lei 61/2008, ao impor o exercício conjunto das responsabilidades parentais, para as decisões de grande relevância da vida do filho (cfr. art. 1906º/1);

A legitimidade para intentar o processo judicial de regulação das RP pertence aos pais ou só um deles (art. 174º/1 OTM), mas também ao MP (art. 174º/2 OTM)¹⁹.

É essencial dizer que, a regulação das RP deve ser vista na perspectiva, não de um bem dos pais, mas como um direito do menor, visando a valorização da sua personalidade e bem assim o seu crescimento harmonioso e equilibrado, conforme decorre da CDC e do próprio CC²⁰. Há muito que a proteção dos direitos e interesses das crianças e jovens constitui preocupação central do Direito dos Menores, sendo paradigmática a DDC²¹. A noção de superior interesse da criança subjaz a todas as normas que regulam as relações da criança²². Desde logo aparece referido no art. 1906º CC, em consonância com o art. 180º e 177º/1 OTM. Outras disposições legais fazem também referência a tal critério, veja-se a própria CRP, nos seus artigos 36º, 39º e 69º, e os artigos 3º, n.º 1 e 9º, n.º 3, da CDC. Surge igualmente referido no art.º 1º n.º 2, da Convenção Europeia Sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, emergindo ainda na LPCJP, que o determina como principal princípio orientador [art.4º, alínea a].

Podemos distinguir neste conceito duas zonas distintas, o núcleo do conceito, passível de ser preenchido com recurso a valorações objectivas; e o *halo* do conceito, que só poderá ser preenchido casuisticamente²³. Concretizando, na primeira zona falamos das situações reveladoras de perigo, tal como elencadas no art. 3º da LPCJP²⁴, e que indiciam uma violação objectiva do superior interesse da criança. Este critério coincide não só com o conjunto dos

¹⁹ BRANCO, Eliana Patrício e PEDROSO, João, *Fragilidades e potencialidades do sistema de acesso ao direito e à justiça da família e dos menores: um estudo de caso (o MP e a promoção dos direitos das crianças)*, In VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, 25 a 28 de Junho de 2008; acedido em: <http://www.ces.uc.pt/myces>; consulta a 5/1/2012; pág. 9, “Constatamos que a presença do MP aumentou nos últimos anos, tendo esse aumento alcançado um valor de 155,3%”;

²⁰ Ac. do TRE, de 24/5/de 2007, Processo nº 232/07-3, Relator MATA RIBEIRO, acedido em: <http://www.dgsi.pt>, consulta a 23/11/2011; pág. 5; Neste sentido *vide* também Ac. TRL, de 27/10/ 2011, Processo nº 2373/10.8TMLSB-A.L1-2, Relator EZAGUY MARTINS, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011,;

²¹ MANATA, Celso, “...no superior interesse da criança”, In Seminário Direitos das Crianças e intervenção, que competências?, Centro Ismaili, Abril de 2008, pág. 2.; vide anexo 21;

²² SOTTOMAYOR, Maria Clara, *A autonomia do direito das Crianças*, coordenação de Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, [e] Paulo Guerra, Pág. 79 a 88, Almedina, Coimbra, 2010, pág. 85;

²³ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 41; neste sentido pronuncia-se também CELSO MANATA, ob. cit. pág. 6;

²⁴ Para uma melhor percepção das concretas situações de perigo que aqui se aludem, consultar AA.VV, *Tipologia das situações de perigo para a criança/jovem*, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, acedido em: <http://www.cnpcjr.pt/>; consulta a 18/1/2012;

direitos das crianças já reconhecidos²⁵, mas deve também ser entendido como fonte de novos direitos das mesmas²⁶. Em caso de ruptura litigiosa, é este critério que deve servir de princípio orientador ao Tribunal quanto à determinação da residência do menor e à regulação do direito de visita (cfr. art. 1906º CC, 177º e 180º OTM)²⁷.

Importantes instrumentos ao serviço do juiz são aqueles que se encontram plasmados no art. 147-Bº e seguintes, e 178º/3 OTM, e que preveem que este possa ordenar tanto um inquérito sobre a situação social, moral e económica dos pais e da criança, como exames médicos e psicológicos para esclarecimento da personalidade e do carácter dos membros da família e da dinâmica das suas relações.

Desde logo, excluindo-se a existência de uma situação de perigo para a criança a forma de preencher o critério do superior interesse da criança é atentar às suas necessidades, e por conseguinte averiguar qual o progenitor mais apto a satisfazê-las. Cabe a este respeito fazer referência à figura primária de referência, ou “*primary care taker*”²⁸, que no nosso entender, deverá ser utilizada como um dos principais critérios a ponderar pelo juiz²⁹. Este critério presume que o superior interesse da criança está assegurado se, a guarda da criança for atribuída ao progenitor responsável pelos cuidados continuados, uma vez que assim estaria assegurada a manutenção da relação psicológica primária³⁰, pois os filhos estarão mais ligados emocionalmente a este progenitor, que por outro lado seria também o progenitor com maior capacidade de satisfazer as necessidades da criança. A figura primária de referência seria assim o progenitor que na constância do casamento, foi o principal responsável pelos cuidados prestados à criança, seja com o planeamento das suas atividades diárias, satisfação das necessidades básicas, cuidados de saúde, ou interação social, entre outros³¹. É assim que

²⁵ LÚCIO, Laborinho, *As crianças e os Direitos – o superior interesse da criança in* Estudos em homenagem a Rui Epifânio, coordenação de Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, [e] Paulo Guerra, Pág. 177 a 197 Almedina, Coimbra, 2010, pág. 186;

²⁶ *ibidem*, pág. 186;

²⁷ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 25.

²⁸ Segundo MERCER, Kathryn L., *A Content Analysis of Judicial Decision-Making - How Judges Use the Primary Caretaker Standard to Make a Custody Determination*, 5 Wm. & Mary J. Women & L. 1, 1998, acedido em: <http://scholarship.law.wm.edu/>, consulta a 4/1/2012, pág. 48, este critério foi aplicado pela primeira vez pelo Supremo Tribunal de West Virginia no caso Garska v. McCoy (1981), procurando-se desta forma eliminar um anterior critério discriminador em função do sexo, e introduzir uma norma neutra que simultaneamente possibilitasse a prossecução do interesse da criança.

²⁹ Nos EUA este critério tem sido aplicado pelos tribunais em cerca de 22 Estados (ex. California, Delaware, Florida, New York) embora com pesos diferentes na determinação da custódia. Exemplo paradigmático desta aplicação é o Estado de West Virginia, que o tem utilizado como factor único na determinação da guarda (MERCER, Kathryn L, ob. Cit. pág. 46);

³⁰ MERCER, Kathryn L, ob. cit. pág. 48 e 49;

³¹ KATZ, Sanford, S., *That They May Thrive' Goal of Child Custody: Reflections on the Apparent Erosion of the Tender Years Presumption and the Emergence of the Primary Caretaker Presumption*, Boston College Law School, April 1992, acedido em: <http://works.bepress.com/>, consulta a 4/1/2012, pág. 133;

na prática judiciária se explica o facto de a maioria das custódias dos filhos menores serem atribuídas às mães, uma vez que são estas que mais tempo dedicam ao cuidado daqueles³². Não havendo qualquer discriminação em função do género ou uma atitude tradicionalista por parte dos juízes. É importante salientar que este critério, como nos diz a Prof. Clara Sottomayor está de acordo com as várias disposições legais que densificam as responsabilidades parentais no nosso ordenamento jurídico. Veja-se a este propósito o art. 1885º CC, que estabelece como objectivo do direto dever de educação, a promoção do desenvolvimento físico, moral e intelectual da criança, ou o art. 1918º do mesmo diploma, que visa a proteção da saúde, formação moral e educação da criança³³. A aplicação deste critério tem diversas vantagens, entre as quais importa fazer aqui referência à proteção da relação mais vital da criança e, ao facto deste critério, pela objectividade que lhe subjaz, impedir que a criança, na luta pela custódia, seja utilizada como moeda de troca, impelindo os progenitores a litigarem de forma mais justa³⁴. Por outro lado esta mesma objectividade previne também erros judiciários, pois permitirá uma direta apreensão pelo juiz, uma vez que estão aqui em causa tarefas visíveis e objectiváveis³⁵.

Outro critério que nos parece fundamental para determinar o conteúdo do interesse da criança é o direito da criança a ser ouvida. Este direito encontra-se plasmado em diversas disposições legais, veja-se a este propósito o art. 12º da CDC, onde expressamente se especifica que, tendo em conta a maturidade da criança, esta deve poder expressar livremente a sua opinião em todos os assuntos que lhe digam respeito e esta opinião deve ser tida realmente em conta. No mesmo sentido dispõe o art. 3º da Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança, e não poderá deixar de se referir o documento elaborado pelo Committee on the Rights of the Child, intitulado “*The Right of the child to be heard*”³⁶, onde exaustivamente se fala deste direito da criança. Também entre nós este direito aparece consagrado em diversos diplomas, atente-se aos artigos 4º, i), 10º/1, 84º/1 e 94º/1 da LPCJP e

³² Vide anexo 9, 10 e 11;

³³ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 58;

³⁴ KATZ, Sanford, S., ob. cit., pág. 134; também neste sentido MERCER, Kathryn L, ob. cit. pág. 49;

³⁵ Sobre a aplicação, que nos parece a mais correcta, do conceito de pessoa de referência na nossa jurisprudência vide entre outros, Ac. TRL, de 17/2/2005, Processo nº 343/2005-6, Relator FÁTIMA GALANTE, acedido em: <http://www.dgsi.pt> ; consulta a 23/11/2011; Ac. TRP de 20/10/2009, Processo nº 134/04.2TBOVR-C.P1, Relator SÍLVIA PIRES, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011;

³⁶ AA.VV, *General Comment No. 12 (2009) – The Right of the child to be heard*, Committee on the Rights of the Child (Comité para os Direitos da Criança), RC/C/GC/12, Geneva, 20 July 2009, acedido em: <http://www2.ohchr.org>; consulta a 20/1/2012;

ainda ao art. 175º OTM³⁷. O processo de audição da criança pode assumir várias formas, podendo ser exercido pela própria criança. No entanto, se tal se mostrar fonte de constrangimento e atentatório do seu superior interesse, a sua opinião deverá ser levada ao processo por uma pessoa da sua confiança ou por um técnico especializado³⁸. A criança pode também ser entrevistada pelo juiz numa audiência privada, sem a presença dos pais, devendo o juiz neste caso relatar aos pais o conteúdo das declarações da criança, para que o Princípio do contraditório seja respeitado³⁹. O modo de audição da criança deve ser decidido de acordo com as circunstâncias do caso, tendo em conta o estágio de desenvolvimento da criança, relevando para este efeito a sua idade e maturidade⁴⁰.

Embora se possam apontar inconvenientes à audição da criança, como sentimentos de culpa e desequilíbrio emocional, estes podem ser ultrapassados de forma a não resultar daqui qualquer prejuízo para o seu desenvolvimento e bem-estar emocional. Desde logo, é extremamente importante salvaguardar a escolha da criança a exercer ou não este direito e proporcionar-lhe a informação necessária para que possa tomar uma decisão que favoreça o seu interesse⁴¹, pois não podemos deixar de salientar que se trata de um direito e não de um dever. Deve também ser assegurado que a criança tenha plena consciência de que a decisão final não será dela, mas sim do juiz, para que não se sinta culpada por expressar a sua opinião. É também muito importante que a criança não seja entrevistada mais vezes do que as estritamente necessárias, especialmente se estiverem em causa eventos traumáticos⁴², favorecendo-se a utilização de meios tecnológicos que possibilitem a reprodução do testemunho da criança.

Urge entender a criança como sujeito de direitos, e não como um mero objecto. É necessário criar um paradigma social que permita a interdependência entre direitos de proteção, pois não podemos esquecer que as crianças pelas suas particulares características

³⁷ Também na nossa jurisprudência há uma preocupação neste sentido, veja-se a este propósito entre outros, Ac. do TRL, de 14/9/2010, Processo nº 1169/08.1TBCSC-A.L1-1, Relator PEDRO BRIGHTON, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011; Ac. TRL, de 4/10/2007, Processo nº 5221/2007-8, Relator BRUTO DA COSTA, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011;

³⁸ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), *ob. cit.*, pág. 45; também neste sentido vide art. 4º da Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança, e o art. 12º/2 da Convenção dos Direitos da Criança;

³⁹ SOTTOMAYOR, Maria Clara e MONTEIRO, Leonor Valente, *ob. cit.*, pág. 10.

⁴⁰ *Ibidem*, pág. 10.

⁴¹ AA.VV, Committee on the Rights of the Child, *ob. cit.*, pág. 8;

⁴² Vide a este propósito, AA, VV, *Protocolo Indicativo para recibir el testimonio del niño abusado*, Federación Argentina de Colegios de Advogados, 2005, acedido em: <http://new.pensamientopenal.com.ar/>, consulta a 16/1/2012; e POOLE, Debra A. e LAMB, Michael, *Investigative Interviews of Children: A Guide for Helping Professionals*, 1ª Edição, American Psychological Association, 1998; AA.VV, *Resolution 2005/20 - Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime*, United Nations Economic and Social Council, Julho de 2005, acedido em: <http://www.un.org/>; consulta a 16/1/2012;

são sujeitos que carecem de uma proteção acrescida, e também de direitos de participação, que lhes confirmem uma margem de ação e intervenção, com especial incidência nas situações que concretamente lhes digam respeito. Mais do que isto é necessária a criação de uma cultura de respeito pela criança.

CAPÍTULO II

A (suposta) Síndrome de Alienação Parental

A primeira definição da Síndrome de Alienação Parental, normalmente conhecida pelo seu acrónimo SAP (ou PAS), foi publicada pela primeira vez em 1985⁴³, pelo psiquiatra Richard Gardner. Este definiu-a como um transtorno infantil, que surge em dois tipos de processos. Processos de disputa pela custódia do menor e processos-crime de abuso sexual ou de maus-tratos, interpostos contra o progenitor rejeitado⁴⁴. A SAP procura diagnosticar uma criança que demonstre uma forte antipatia por um dos seus pais e que, como resultado da mesma, se recusou ao convívio com esse progenitor. A sua manifestação primária traduz-se numa campanha de denegrição perpetuada pela criança contra um dos progenitores (normalmente o pai), campanha esta que não tem justificação. A síndrome resulta da combinação da doutrinação pelo progenitor alienante, com as próprias contribuições da criança para a vilificação do progenitor alienado⁴⁵. Segundo esta definição, o diagnóstico da SAP requer simultaneamente uma injustificada programação parental e a injusta difamação pela criança⁴⁶.

A estrutura desta síndrome permaneceu praticamente inalterada desde a sua formulação inicial até aos dias de hoje⁴⁷, exceptuando-se o facto de o seu autor ter posteriormente defendido que a mesma não seria aplicável no caso de maus-tratos ou abusos sexuais^{48 e 49}. Contudo, apesar desta afirmação, proferida como defesa contra as críticas que lhe foram dirigidas, Gardner nunca alterou os critérios diagnósticos da SAP, que nunca procuraram averiguar as causas da alienação. Esta tese foca-se em discernir se o progenitor

⁴³ GARDNER, Richard, *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*, Academy Forum, Volume 29, Number 2, pág. 3 a 7, 1985, acedido em: <http://fact.on.ca/>; consulta a 10/11/2011;

⁴⁴ VACCARO, Sonia e PAYUETA, Consuelo Barea, *El pretendido Síndrome de Alienación parental – un instrumento que perpetúa el maltrato y la violencia*, Desclée de Brouwer, Bilbao, Espanha, 2009; pág. 58;

⁴⁵ GARDNER, Richard, *Parental Alienation Syndrome (PAS): Sixteen Years Later*, 2001, acedido em: <http://www.rhinc.org.au/>; consulta a 10/11/2011; pág. 1.

⁴⁶ HOULT, Jennifer, *The Evidentiary Admissibility of Parental Alienation Syndrome: Science, Law, and Policy*, 2006, acedido em: <http://papers.ssrn.com>, consulta a 11/11/2011; pág. 3;

⁴⁷ GARDNER, Richard, 2001, *ob. cit.*, “The definition of the PAS I provided in the original article still holds”.

⁴⁸ ESCUDERO, Antonio; *et. al.*, *Análisis sobre las bases científicas del Síndrome de Alienación Parental de Gardner (SAP) y los riesgos de su aplicación como “trastorno médico y psiquiátrico” en los juzgados de España*, 2008, acedido em: <http://www.soniavaccaro.com/>; consulta a 16/11/2011; pág. 1.

⁴⁹ GARDNER, Richard, *Denial of the Parental Alienation Syndrome Also Harms Women*, (2002a), acedido em: <http://www.secuestro-emocional.org/>, consulta a 9/11/2011, pág. 2;

preferido e a criança estão a mentir, e não em verificar se o progenitor acusado se comportou de forma a justificar a aversão da criança. Pelo que os critérios de diagnóstico da SAP não permitem distinguir entre alienação adaptativa e alienação patológica, alienação justificada e não justificada, porque ignoram as causas subjacentes à alienação⁵⁰.

Esta construção tem sido amplamente divulgada nos meios de comunicação, mas apenas de forma superficial e acrítica. Deparamo-nos assim com uma solução simplista e sem uma fundamentação coerente e verdadeiramente científica. Longe de analisar e aprofundar as causas da referida rejeição, aplica-se a chamada “teoria da ameaça”⁵¹, a qual não pressupõe nada de novo no modelo educacional tradicional relativamente às crianças, ou seja, simplesmente impõe-se-lhes a vontade dos adultos. Se a criança não quer cumprir o sistema de visitas instituído pelo tribunal, deve obrigar-se a criança a viver com o pai; se a criança só pretende estar com a sua mãe, então proíbam-se todos os contactos com ela⁵².

Gardner começou por indicar que a SAP estava presente em cerca de 90% das crianças cujas famílias estavam envolvidas em litígios sobre custódia, embora não tenha, quanto a estas alegações, apresentado quaisquer dados objectivos ou pesquisas fiáveis⁵³ que fossem para lá das suas meras observações particulares. Os dados iniciais foram substancialmente empolados sendo que, posteriormente, uma revisão destes dados diminuiu para 40% o número de casos em que estava presente a SAP⁵⁴.

Gardner indica oito sintomas primários que permitem diagnosticar a SAP na criança supostamente alienada⁵⁵, são estes, (1) campanha de denegrição – sucedem-se falsas acusações, injúrias e redução do contacto com justificações diversas; no culminar do processo a criança começa a agir de modo espontâneo, ativo e sistemático, encarando desta forma o progenitor alienado como desconhecido odioso e cuja proximidade sente como uma agressão; (2) racionalizações débeis, frívolas e absurdas que sustentam tal campanha – a criança tenderá a referir-se negativamente a episódios da vida em comum com o progenitor dito alienado; tenderá a salientar e a exagerar negativamente certos traços e características da personalidade daquele; (3) falta de ambivalência demonstrada pela criança relativamente aos seus sentimentos pelos progenitores – embora todas as pessoas, em especial, a propósito das

⁵⁰ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 9;

⁵¹ CARBAJAL, Victoria Fernández *et. al.*, *Estudio Jurisprudencial sobre el impacto del SAP en los Tribunales Asturianos*, 2010, acedido em: <http://www.muieresjuristasthemis.org/>; consulta a 12/12/2012;

⁵² CARBAJAL, Victoria Fernández, *et. al.*, *ob. cit.*, pág. 10.

⁵³ BRUCH, Carol S., *Parental Alienation Syndrome and Alienated Children - getting it wrong in child custody cases*, 2002, acedido em: <http://www.thelizlibrary.org/>; consulta a 11/11/2011; pág. 382;

⁵⁴ *Ibidem*, pág. 382;

⁵⁵ GARDNER, Richard (2001), *ob. cit.* pág. 1; e GARDNER, Richard (2002a), *ob. cit.* pág. 2;

relações familiares, sintam uma mistura de sentimentos umas para com as outras, para este autor, só o filho de um pai alienado seria capaz de expressar ódio puro para com aquele, o que se deveria exclusivamente à ação do progenitor alienador; (4) fenómeno do “pensador independente” – este critério refere-se ao facto da própria criança, por sua iniciativa, praticar atos e tomar decisões que põem em causa o progenitor rejeitado; (5) apoio ao progenitor alienante no conflito parental – a criança apoia de forma consciente o progenitor dito alienador, vendo os ataques a este como ataques a si mesma; (6) ausência de culpa, relativamente à crueldade e exploração do progenitor alienado – verifica-se a indiferença do menor relativamente aos sentimentos do progenitor alienado, bem como à sua exploração económica, encarando-se todos os sacrifícios como uma obrigação natural; (7) a presença de “cenários emprestados” – a criança adota cenas, relatos e termos como próprios ou vividos na primeira pessoa, mesmo que nunca os tenha vivenciado, ou estes sejam incoerentes com a sua idade ou desenvolvimento; assim as suas recordações serão incongruentes, com menos pormenores e maior número de contradições, isto tornar-se-á mais evidente se a mãe alienadora estiver presente, pois interromperá com esclarecimentos, olhares ou contactos físicos subtis ; (8) extensão da animosidade a amigos e família alargada do progenitor alienado – como seria de esperar pode haver uma extensão da animosidade da criança à família alargada, como por exemplo aos avós, amigos ou novos companheiros⁵⁶.

Segundo Gardner, as crianças que sofrem de SAP irão exibir, se não todos, pelo menos a grande maioria destes sintomas, tendo em conta o estágio de alienação em que se encontrem⁵⁷.

Quanto ao progenitor dito alienador, este identificar-se-á pelos esforços que desempenha na prossecução da lavagem cerebral ou programação da criança. Estas estratégias podem passar por denegrir o pai junto da criança, culpá-lo pelo divórcio, ou mesmo formular falsas acusações de abuso sexual e de violência doméstica. Para além disso Gardner considerava que desta campanha fazem parte manobras perpetuadas pelo progenitor alienador, tais como impedir as crianças de visitar o pai quando estas se encontrem doentes, telefonar durante as visitas para perguntar se tudo está bem, e o que tem a criança feito com o pai⁵⁸ (!).

⁵⁶ CINTRA, Pedro, *et. al.*, *Síndrome de Alienação Parental: Realidade Médico-Psicológica ou Jurídica?*, Julgar, nº7 – Janeiro/Abril, 2009, Coimbra Editora; pág. 198 a 200;

⁵⁷ GARDNER, Richard, *Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?*, (2002b), acedido em: <http://www.secuestro-emocional.org/>; consulta a 11/11/2011; pág. 4; vide anexo 18;

⁵⁸ *Ibidem*, pág. 101;

Gardner aponta várias causas como originárias desta síndrome. Este autor considera que a criança, procurando assegurar a continuidade do seu laço primário com a mãe, irá contribuir para a campanha de difamação. Em virtude do sentimento de abandono experimentado pela criança, aquando a saída de um dos progenitores do lar e, temendo que também o progenitor preferido a abandone, a criança junta-se à campanha de vingança e de vilificação do progenitor dito alienado. Vendo que a mãe fica satisfeita com este comportamento, então a criança procurará adoptar esta posição de forma mais intensiva, havendo uma escalada na gravidade das acusações feitas⁵⁹. As crianças alienadas frequentemente procurarão acrescentar os seus próprios cenários à campanha de denigração, pois reconhecerão que estas contribuições são recebidas com agrado pelo progenitor alienador, e portanto reforçadas, o que levará à criação de mais contribuições pela criança⁶⁰. Segundo Gardner a SAP é predominante instigada pelas mães, tendo descrito a SAP como uma “*foli a deux*” patológica entre a mãe e a criança⁶¹. Gardner considerava que a alienação era um fenómeno quase exclusivamente feminino, tendo inicialmente considerando que em 90% dos casos as mulheres eram as responsáveis pela alienação das crianças⁶². Mais recentemente, face a contínuas acusações de que a teoria da SAP seria marcadamente sexista, alterou a sua posição, afirmando que também os homens seriam alienadores, havendo uma modificação no *ratio* que se traduziria agora numa percentagem de 50/50⁶³. No entanto, não podemos deixar de salientar que esta alteração se mostra meramente formal, pois ao longo das suas várias obras mantém o seu discurso originário, adjetivando sucessivamente as mulheres como histéricas, vingativas, rancorosas e, marcadamente egoístas, acusando-as de colocarem indiscriminadamente os seus interesses pessoais acima do bem estar dos filhos. Como forma de justificar esta posição, considera que tal radica no próprio instinto maternal para reter a custódia e na “fúria da mulher desprezada”, a qual, aparentemente, conduziria as mulheres a utilizarem os seus filhos como armas para punirem os seus ex-maridos^{64 e 65}. Esta síndrome é utilizada pelo progenitor alienador, como forma de ganhar uma vantagem em

⁵⁹ FALLER, Kathleen Coulborn, *The Parental Alienation Syndrome: What is it and What Data support it?*, 1998, acedido em: <http://www.leadershipcouncil.org/>; consulta a 11/11/2011; pág. 102;

⁶⁰ GARDNER, Richard, (2002b), *ob. cit.*, pág. 3;

⁶¹ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 3;

⁶² GARDNER, Richard (2002a), *ob. cit.* pág. 2;

⁶³ *Ibidem*, pág. 6;

⁶⁴ AA.VV., *Parental Alienation Syndrome (PAS), Best Interests of the Child in Custody Cases*, acedido em: <http://www.stopcourtorderedchildabuse.org/>; consulta a 22/2/2012;

⁶⁵ MEIER, Joan S., *A Historical Perspective on Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation*, (2009a), acedido em: <http://www.dvleap.org/>; consulta a 5/12/2011; pág. 235;

Tribunal, ao tornar a criança numa cúmplice na campanha de denegrição, aquele progenitor acredita que o juiz facilmente lhe atribuirá a custódia⁶⁶.

Gardner insiste que o mais relevante não é o comportamento do progenitor dito alienado, e nem mesmo o sentimento da criança quanto a este. O que releva é o facto da criança sentir que, se não se comportar especificamente desta forma, se não demonstrar tal acrimónia, então o progenitor programador irá também rejeitar a criança⁶⁷. O progenitor dito alienado é tido como uma mera vítima desta patologia.

O tratamento padrão recomendado por Gardner consiste na transferência da custódia do progenitor dito alienador para o progenitor alienado a quem tinha sido negada inicialmente aquela, com vista à “desprogramação” da criança. Tal pode implicar a institucionalização do menor num período transitório, impedindo-se na totalidade o contacto, incluindo mesmo chamadas telefónicas, com o progenitor acusado de alienação. Inclusive considera que deve haver uma desprogramação, no sentido de alterar as crenças das crianças de que tinham sido de facto sexualmente abusadas⁶⁸. Só após se considerar que houve uma reversão da lavagem cerebral, poderá então a criança ser lentamente reaproximada ao progenitor programador⁶⁹. Gardner recomenda aos juízes, que estes devem apoiar as conclusões de um especialista na SAP, através da imposição de multas, da determinação definitiva da perda da custódia e, ainda, pelo decretamento de uma pena de prisão para o progenitor alienador⁷⁰, tal porque, sem a miragem de tal ameaça, o progenitor preferido terá pouca razão para mudar o seu comportamento. Da leitura do art. 249º/1, al. c) do CP e do art. 181º OTM, verifica-se uma verdadeira transposição para o Direito Português da tese da SAP, ainda que sem a sua designação específica. Assim incluiu-se a punição do progenitor que omite a entrega do menor no elenco dos “*crimes contra a família*”, estando atualmente abrangidos no tipo incriminador quer os comportamentos do progenitor residente que impede o convívio com o outro progenitor, quer os do progenitor não residente que não entrega o menor após exercício do direito de visita⁷¹. À semelhança do que acontece na tese da SAP, esta incriminação não tem em conta as causas subjacentes à recusa da criança ao convívio com um dos progenitores,

⁶⁶ GARDNER, Richard, (2002c), *ob. cit.*,pág. 2;

⁶⁷ GARDNER, Richard, *The Role of the Judiciary in the Entrenchment of the Parental Alienation Syndrome (PAS)*, (2002c), acedido em: <http://www.fact.on.ca/>; consulta a 10/11/2011; pág. 2

⁶⁸ MEIER, Joan S., *Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Research Reviews*, (2009b), acedido em: <http://vawnet.org/>; consulta a 5/12/2011; pág. 2;

⁶⁹ BRUCH, Carol S, *ob.cit.*, pág. 2;

⁷⁰ VACCARO, Sonia e PAYUETA, *ob. cit.*; pág. 51;

⁷¹ Ac. TRC, de 18/5/2010, relator: ALBERTO MIRA, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 27/3/2012;

pelo que, da mesma forma, se permite que as crianças fiquem expostas a situações de abusos sexuais e de violência doméstica.

Ainda que se ressalve a aplicação do dispositivo apenas a casos de incumprimento injustificado, o entendimento do que será ou não justificado, mais uma vez poderá ser maleável de acordo com a específica receptividade e convicção do julgador à tese da SAP. O nº2 do referido artigo prevê uma atenuação especial da pena, quando a tal omissão resulte da vontade da criança maior de 12 anos. Parece-nos insuficiente que, a mera atenuação, seja profícua a salvaguardar quer o superior interesse da criança, quer o seu direito a ser ouvida. Pois o progenitor que pretenda respeitar a vontade do seu filho sempre se verá confrontado com a possibilidade de ser judicialmente punido, até no caso de um adolescente, a quem a lei reconhece já capacidade de decisão e autonomia na organização da sua vida (art. 1878º/2 e art. 1901º/3 CC)⁷². Por outro lado, não podemos deixar de referir que o progenitor rejeitado beneficia assim de mais uma arma apta a intimidar e chantagear o ex-cônjuge. Esta situação torna-se especialmente problemática se pensarmos que, em particular as mulheres, têm já inúmeras dificuldades em aceder à justiça⁷³, às quais acresce agora a possibilidade de uma punição em multa, apenas por procurarem respeitar os seus filhos, enquanto verdadeiros seres-humanos. Mais uma vez estamos perante uma concepção redutora da criança e que traduz uma contradição da própria ordem jurídica, que por um lado lhe confere direito à opinião, e por outro, não lhe permite determinar livremente as suas relações pessoais. Suscita-se a constitucionalidade desta norma, que põe em causa o direito da criança ao livre desenvolvimento da sua personalidade (art. 25º e 26º CRP) e que pune o progenitor, pelo comportamento da criança⁷⁴.

A propósito da aplicação do tipo de tratamento propugnado por Gardner, veja-se entre nós o chocante “caso da menina de Fronteira”⁷⁵, em que o juiz ordenou o seu internamento num orfanato, por considerar que a criança padecia da SAP, determinando o seu completo afastamento da mãe, dita alienadora, e de toda a família materna, com quem a criança convivia diariamente.

Gardner cometeu suicídio em 2003.

⁷² SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), *ob. cit.*, pág. 106;

⁷³ veja-se a este propósito TURQUET, Laura *et al.*, *El progreso de las mujeres en el mundo – En busca de la justicia*, Relatório elaborado no âmbito da ONU Mulheres, 2011, acedido em: <http://www.portalodm.com.br/o-progreso-das-mulheres-no-mundo-em-busca-da-justica-odm3--bp--432--np--1.html>, consulta a 11/1/2012;

⁷⁴ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), *ob. cit.*, pág. 106;

⁷⁵ RAMOS, José Ramos e, *Filha Roubada*, Programa Linha da Frente, RTP, 2010, acedido em: <http://www.rtp.pt>; consulta a 11/12/2011;

CAPÍTULO III

Uma análise crítica da SAP e a problemática da sua aplicação nos Tribunais Portugueses

Para compreender a SAP é necessário iniciar o nosso estudo explicando o contexto em que esta síndrome surgiu. Gardner fez a sua carreira a prestar depoimentos como perito, com vista à defesa de indivíduos acusados de abusos sexuais, clientela que abrangia professores, pais e membros de congregações religiosas⁷⁶. Construiu esta tese para defesa dos seus clientes procurando, simultaneamente, atribuir-lhe uma aparência de neutralidade⁷⁷. No entanto os seus primeiros livros eram radicalmente misóginos e pró-pedófilos, tendo depois, devido a cerradas críticas, adoptado um discurso politicamente correto, ainda que sem renunciar ao fundo ideológico da sua teoria⁷⁸. Gardner defendeu mesmo que a pedofilia era biologicamente natural e boa para a sociedade porque, estimulando sexualmente as crianças, aumentava-se a procriação, argumentando que a criança abusada não sofreria⁷⁹, o que contraria todos os estudos científicos atuais. Para demonstrar o fundo sexista da teoria de Gardner, não podemos deixar de salientar as suas considerações acerca da fisiologia e da própria condição das mulheres, as quais, segundo este autor, as tornavam potencialmente em vítimas masoquistas de violação, pois teriam prazer em ser agredidas e violadas. Este seria o preço que estariam dispostas a pagar pela gratificação de serem meros receptáculos do esperma dos homens⁸⁰.

É importante referir que o nosso propósito não é a personalidade Gardner, mas sim a aplicação da SAP nos nossos tribunais e os problemas que tal levanta. No entanto, distinguir o autor da sua obra mostra-se neste caso francamente complicado, uma vez que Gardner constrói os elementos desta síndrome, aludindo sempre a si mesmo como autoridade na

⁷⁶ PAYUETA, Consuelo Barea, *Buenas prácticas antes el pretendido “síndrome de alienación parental”*, In Conferência o Superior Interesse da Criança e o mito da "síndrome de alienação parental", Auditório do Montepio, Lisboa, 2011; pág. 2;

⁷⁷ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Síndrome de Alienação Parental e abuso sexual de crianças*, Boletim do IAC, nº 102, Outubro/Dezembro de 2011, Separata Nº35, (2011b); pág. 4;

⁷⁸ PAYUETA, Consuelo Barea, *ob. cit.*, pág. 2;

⁷⁹ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011b), *ob. cit.*, pág. 4;

⁸⁰ MEIER, Joan S, (2009b), *ob. cit.*, pág. 3;

matéria, a qual defendeu, não só em diversos livros e artigos, como num grande numero de litígios, em que foi contratado para prestar depoimentos como perito⁸¹.

Nos EUA, em diferentes jurisdições, têm-se verificado inúmeras decisões em que os Tribunais decidem cortar o contacto materno com as crianças, com base em testemunhos de peritos, os quais diagnosticam que as mães sofrem da SAP. Tais casos têm levado a soluções que implicam desfechos perturbadores tanto para as mães como para as próprias crianças⁸². Entre nós existem já diversos acórdãos onde se refere a problemática da SAP, a qual recentemente passou a ser invocada por advogados, psicólogos e até juízes, de forma acrítica e até acientífica. Porquê a aceitação fácil desta teoria? Alguns tribunais têm aceitado a SAP porque, aparentemente, parece explicar um fenómeno bem conhecido dentro de batalhas de custódia - a luta muitas vezes amarga entre os pais pelo afeto da criança. A SAP é facilmente aceitável porque se baseia na observação de condutas detestáveis, mas muito comuns, de manifestação de desagrado dos progenitores entre si feitas na presença da criança⁸³. Além disso, oferece simultaneamente uma explicação igualmente simplista para o fenómeno da recusa da criança ao contacto com um dos progenitores, determinando sem mais, que a única causa subjacente é a atuação do progenitor alienador. A aplicação da SAP, nos nossos Tribunais, tem ainda sido justificada através da afirmação de que aquela é reconhecida como uma síndrome médica, e portanto psiquiátrica.

Abordaremos seguidamente as principais críticas que fazemos a esta construção e que sustentam a nossa posição negativa relativamente à sua aplicabilidade nos nossos Tribunais, como forma de resolução de conflitos de custódia e do fenómeno da recusa das crianças à visita.

⁸¹ ESCUDERO, Antonio, *et. al.*, *ob. cit.* pág. 10.

⁸² HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 1;

⁸³ VACCARO, Sonia e PAYUETA, *ob. cit.*; pág. 60;

a) Confusão terminológica, carácter indeterminado e circular dos critérios de diagnóstico da SAP

Gardner procurou formular a SAP tendo em os critérios operativos do DSM e CID⁸⁴, mas nunca explicou verdadeiramente o significado outorgados pelos elementos que compõem o sintoma. Veja-se o exemplo de termos como “campanha de denigração”, “justificável”, “frívolos”, que dificilmente são operacionais⁸⁵, uma vez que não são susceptíveis de interpretações unívocas, estando antes dependentes do próprio sujeito que se propõe fazê-las. O sistema de ideias criado permanece fechado a outros peritos e por conseguinte não permite uma verdadeira análise crítica. Fazendo-se o paralelo com a Síndrome de Down, para que melhor se perceba, nesta, cada sintoma surge bem definido, veja-se a este propósito o epicanto, característico desta síndrome⁸⁶. Tal não é susceptível de nenhuma interpretação divergente e é facilmente observável.

Por outro lado é importante referir que, nas síndromes médicas, os sintomas são conceptualmente independentes, uma vez que não se contêm uns aos outros, nem se justificam entre eles. Gardner alega que os sintomas da SAP são díspares⁸⁷, no entanto, após leitura dos seus textos compreende-se que tal não é verdade, pois utiliza uns como justificação de outros, e muitos estão incluídos também como parte de outros. Veja-se, a este propósito, a enunciada falta de ambivalência demonstrada pela criança e o simultâneo apoio do progenitor alienante. Para FULFORD *et al*, o facto de estarmos perante uma semântica vaga, levará a uma ausência de precisão nos termos-chave, pelo que qualquer conclusão a que se chegue estará também afectada pelo mesmo problema⁸⁸.

O que se verifica é uma mera descrição de um fenómeno – da alienação – mas o estudo do mesmo não procura averiguar os motivos da recusa da criança ao contacto com um dos progenitores, nem demonstra que a causa dessa mesma alienação seja exclusivamente a manipulação efectuada pela mãe. A campanha de denigração pode não existir e ainda assim verificar-se que a criança manifesta sentimentos de recusa em relação a um dos progenitores.

⁸⁴ AA.VV, *DSM-IV-TR - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, American Psychiatric Association, 1994, disponível em: <http://www.psicologia.pt>; consulta a 11/12/2011; AA.VV, *CID-10 – Classificação Internacional de Doenças*, OMS-ONU, 1993, disponível em: <http://www.psicologia.pt/> consulta a 11/11/2011;

⁸⁵ ESCUDERO, Antonio, *et. al.*, *ob. cit.* pág. 34;

⁸⁶ *Ibidem*, pág. 34;

⁸⁷ *ibidem*, pág. 34;

⁸⁸ FULFORD, K., W., M./ THORNTON, Graham, G., *Oxford Textbook of Philosophy and Psychiatry*, Oxford, Oxford University Press, 2006, pág. 109, citado em Escudero, António *et. Al*, *ob. cit.*, pág. 35;

Por outro lado não pode deixar de se perguntar, “foi o diagnóstico da SAP que explicou o facto da criança não querer ver o seu pai ou foi a recusa da criança às visitas que fundamentou o diagnóstico de SAP? Foi o diagnóstico da SAP que conduziu à conclusão de que as alegações são falsas ou foram as alegações de abuso sexual que sugeriram a presença de SAP?”⁸⁹ De facto, a inclusão, na própria definição de SAP, da sua inaplicabilidade face a indícios de maltrato, abuso sexual ou negligência, não resolve o problema da distinção entre uma queixa falsa ou verdadeira, pois as teses de Gardner não eram rigorosas quanto a essa diferenciação⁹⁰. Isto explica porque foi a SAP diagnosticada em casos de violência sexual e abusos, circunstâncias que, de acordo com a própria definição da SAP, tornariam este diagnóstico inapropriado. A propósito desta circularidade importa salientar que uma verdadeira patologia médica é diagnosticada através da observação de sintomas na pessoa que deles padece, no entanto, a SAP é diagnosticada na mãe através da observação do seu filho. O suposto pai alienado é o único membro da família a quem não se diagnostica a SAP⁹¹. Existe apenas a preocupação em provar que o progenitor alienador e a criança estão a mentir, e não em saber se o pai dito alienado é um progenitor apto ou se pelo contrário radica no seu comportamento a causa da “alienação” por parte da criança⁹². A bondade do alienado é uma premissa prévia e necessária na construção científica da SAP, sem que haja quanto a esta uma justificação apresentada nos textos de Gardner. Esta dicotomia extrema entre um progenitor e outro é uma premissa fundamental para a materialização final da SAP⁹³.

Quanto ao critério dos chamados “cenários emprestados” ou “encenações encomendadas”, a tese da SAP não define o que se deve entender como tal, nem distingue este conceito da própria aprendizagem ou opinião pessoal da criança⁹⁴. Imaginando que a criança aprenderia os referidos cenários num filme, estaríamos ainda assim perante alienação parental perpetuada pela mãe, segundo esta tese, uma vez que o critério referido não determina quem incute na criança os mesmos. Também o facto do fenómeno do “pensador independente” ser considerado um sintoma revela uma visão da criança hoje já ultrapassada e

⁸⁹ WALKER, Lenore, A., “*A Critical Analysis of Parental Alienation Syndrome and Its Admissibility in the Family Court*”, 2004, acedido em: <http://www.ub.edu>; consulta a 11/11/2011; pág. 33;

⁹⁰ AA.VV., *Informe del Grupo de Expertos y Expertas en Violencia Doméstica y de Género del Consejo General del Poder Judicial acerca de los problemas técnicos detectados en la aplicación de la Ley Orgánica 1/2004*, Consejo General del Poder Judicial, 2011, disponível em: <http://www.poderjudicial.es>; consulta a 12/11/2011; pág. 34;

⁹¹ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 6;

⁹² BRUCH, Carol S., *ob. cit.* pág. 382;

⁹³ ESCUDERO, Antonio; *et. al.*, *ob. cit.* pág. 5;

⁹⁴ *ibidem*, pág. 10;

que lhe nega capacidade de autodeterminação e de participação, ao contrário do que determina a própria CDC.

Outra crítica que nos parece fundamental é o facto do conjunto destes oito sintomas se considerar válido em todas as idades. Em momento algum se consideram algumas variáveis básicas, como o estágio de maturidade da criança, o desenvolvimento da linguagem ou a construção de teoria sobre a realidade e a fantasia. Assim a criança que é avaliada nos termos da SAP, permanece a mesma desde o seu nascimento até se tornar num adulto. Aceitar a complexidade da criança põe em causa a qualidade de fácil diagnóstico atribuída à SAP⁹⁵.

Os critérios enunciados não permitem estabelecer irrefutavelmente uma relação de causa/efeito⁹⁶. Pelo contrário, estes critérios tautológicos levam à conclusão de que as condutas adaptativas da criança e o exercício de direitos legais da mãe correspondem a condutas patológicas e injustificadas. A verificação destes critérios pode refletir, não a existência de alienação, mas antes a normal conduta de uma criança que sofreu abusos ou maus-tratos, ou que assistiu à perpetuação dos mesmos contra um dos seus progenitores e, como tal, considera que o outro, o autor dos mesmos, é violento. As suas experiências, vendo e ouvindo como se comporta o progenitor autor do crime, maioritariamente o pai⁹⁷, aliadas às recomendações maternas para a sua proteção, podem facilmente ser interpretadas como argumentos ensaiados ou inculcados pela mãe.

Uma vez que estes critérios não permitem diagnosticar a SAP com precisão a taxa de erro é muito elevada.

Relevante também é o facto do mecanismo patogénico na origem da SAP, nomeadamente, a lavagem cerebral e a doutrinação desenvolvida pelo progenitor alienador, embora fundamental para a sua construção, não ser desenvolvido por Gardner. Este limita-se a descrevê-lo de forma superficial e com recurso a exemplos que ele próprio cria⁹⁸. Por outro lado, Gardner também não definiu a quantidade de tempo, nem a intensidade do vínculo necessárias para que a lavagem seja bem sucedida, factores que são valorados exclusivamente de acordo com a percepção do observador. Sabe-se hoje que os processos de programação, ou *brainwashing*, são muito complexos, o que não se coaduna com a explicação oferecida por

⁹⁵ CAMPO, Ana María Pérez del, *et. al*, *Informe del grupo de trabajo de investigación sobre el supuesto síndrome de alienación parental*, Observatorio estatal de violencia sobre la mujer, 2010, disponível em: <http://www.quieroayudarte.com/>; consulta a 11/11/2011; pág. 39;

⁹⁶ WALKER, Lenore, *ob. cit.* pág. 16;

⁹⁷ Vide anexos 12, 13, 14, 15 e 16 sobre estatísticas do crime de violência doméstica em Portugal.

⁹⁸ GARDNER, Richard (1985), *ob. cit.*, pág. 3 e ss.

Gardner para justificar a origem da SAP⁹⁹, que é descrita como um mecanismo de ação válido e simples.

Facilmente se compreende a redundância do seu raciocínio: Quando uma criança é diagnosticada com a suposta SAP, estes sintomas são efeito de uma lavagem cerebral [premissa], logo esta foi realizada pelo progenitor com mais contacto [premissa], sendo que, evolutivamente, o progenitor mais propenso a tal mecanismo é a mãe [premissa]. Em conclusão, para mitigar a capacidade de doutrinação do progenitor alienador, deve-se proceder a um completo afastamento entre este e a criança¹⁰⁰.

b) Falta de validade científica da tese da SAP

A relação entre decisão judicial e o recurso à ciência como instrumento fático dessa mesma decisão implica a ponderação de uma ampla série de problemas que, embora interessantes, são de difícil resolução. Uma das primeiras questões que desde logo surge prende-se com a seleção de conhecimento e métodos que são dotados de fiabilidade e validade científica, questão que se mostra fundamental no âmbito do nosso trabalho¹⁰¹.

O estabelecimento da validade de novas técnicas científicas ou teorias e a base para a sua interpretação, é essencial para que possam ser usadas em tribunal, como meio de prova. Pois não podemos deixar de salientar a gravidade do risco de influências indevidas que resultam de afirmações científicas não comprovadas. Para evitar que tal aconteça, os tribunais norte-americanos criaram regras que regem a admissibilidade das teorias científicas em Tribunal e, que procuram assegurar que os testemunhos que aí sejam feitos obedeçam a certos parâmetros geradores de confiança nos mesmos. De acordo com o “*Fry test*”, os tribunais só podem admitir provas que resultem de uma nova teoria científica, quando esta tenha ganho uma aceitação geral na comunidade científica a que pertence. Este teste pressupõe a identificação do método científico por detrás de determinada técnica ou teoria científica, procurando determinar se o princípio que lhe subjaz é aceite pela maioria dos peritos desse campo¹⁰². A maioria dos estados aplica também o “*Daubert test*”¹⁰³, o qual

⁹⁹ CAMPO, Ana María Pérez del, *et. al, ob. cit.*; pág. 43;

¹⁰⁰ *ibidem*, pág. 44;

¹⁰¹ GARCÍA, Javier Hernández, *Decisión judicial y ciencia: Una relación problemática*, 2006, disponível em: <http://www.madrimasd.org>; consulta a 14/2/2012;

¹⁰² AA.VV, *Forensic Science on Trial - Seventh Report of Session 2004–05*, House of Commons Science and Technology Committee, 16 de Março de 2005, disponível em: <http://www.secuestro-emocional.org>, consulta a 2/3/2012; pág. 76;

pressupõe que o testemunho de peritos seja sujeito ao confronto com quatro critérios, nomeadamente (1), se a teoria ou técnica pode ser, ou foi, testada; (2) se a teoria ou técnica foi sujeita a “peer-review” e a publicações; (3) qual o potencial de erro dessa mesma técnica; (4) se esta é amplamente aceite pela comunidade científica¹⁰⁴.

Entre nós, à semelhança do que acontece noutros países europeus, como o Reino Unido, não existe um protocolo de validação (*gate-keeping*) de técnicas ou teorias científicas, anterior à sua aplicação pelos Tribunais. Tal revela-se problemático, uma vez que os juízes não têm formação científica suficiente para determinar a sua validade¹⁰⁵. Depreende-se que a primeira responsabilidade do perito é para com o Tribunal e, como tal, não deve apresentar uma opinião tendenciosa. Ainda assim o que se tem verificado é que os peritos surgem em Tribunal como verdadeiras “armas contratadas”, no sentido de a sua opinião variar de acordo com a parte pela qual foram contratados¹⁰⁶. Verificou-se que a prova científica se converteu (sobretudo nos EUA) num negócio lucrativo. Criou-se, assim, um mercado em que não é fácil distinguir relatórios dotados de validade científica e os marcados pela “*junk science*” oferecida por pseudo-peritos¹⁰⁷. Parece-nos aqui fácil encontrar semelhanças com a origem da SAP, pois Gardner ganhava milhares de dólares testemunhando como perito defendendo abusadores através da invocação desta tese. É portanto fundamental que se diga que é responsabilidade máxima dos juízes verificar se tais provas alcançam a consideração de “*conhecimento científico*”, se constituem “*boa ciência*” e se derivam verdadeiramente da “*aplicação do método científico*”¹⁰⁸. Obviamente que se pergunta como deverá o juiz, típico homem médio, fazer esta valoração racional de elementos de prova que vão para além de uma cultura média. Aqui o juiz pode recorrer ao próprio controle social e sentido comum como forma de criar as bases essenciais para uma valoração racional e científica¹⁰⁹. O juiz não pode prescindir do seu espírito crítico em relação às teorias que provenham das outras ciências sociais, particularmente quando estas se mostrem desprovidas de base científica como é o

¹⁰³ DAUBERT v. MERRELL DOW PHARMACEUTICALS, INC., 509 U.S. 579 (1993), Argued March 30, 1993 Decided June 28, 1993, disponível em: <http://caselaw.lp.findlaw.com>; consulta a 15/12/2011;

¹⁰⁴ AA. VV, House of Commons Science and Technology Committee, *ob. cit.*, pág. 76;

¹⁰⁵ *Ibidem*, pág. 76;

¹⁰⁶ Veja-se a este propósito um estudo conduzido pela firma Bond Solomon, em Novembro de 2002, citado em AA. VV, House of Commons Science and Technology Committee, *ob. cit.*, pág. 66; vide anexo 17;

¹⁰⁷ SALAVERRÍA, Juan Igartuja, *Prueba científica y decisión judicial – unas anotaciones propedéuticas*, disponível em: www.carloscolmenares.com; consulta a 17/2/2012; pág. 3;

¹⁰⁸ CODERCH, Pablo Salvador/ PUIG, Antoni Rubí, *Riesgos de desarrollo y evaluación judicial del carácter científico de dictámenes periciales*, InDret Revista, Barcelona, Janeiro de 2008, disponível em: <http://www.raco.cat>; consulta a 17/2/2012; pág. 37;

¹⁰⁹ TARUFFO, Michele, *La prueba de los hechos*, 2ª edição, Trotta, Milão, 2005; pág. 333 a 336;

caso da SAP¹¹⁰. O nosso Direito é coerente com esta perspectiva quando estabelece no art. 389º CC o princípio da livre apreciação da prova. Este princípio não significa uma arbitrariedade na apreciação da prova, mas antes pôr em evidência que a apreciação do juiz deve partir da sua experiência, prudência e bom senso, com inteira liberdade e sem vinculações artificiais¹¹¹. Assim o tribunal poderá afastar-se do parecer do perito, seja porque não concorda com os seus raciocínios ou conclusões, quer porque outros elementos dos autos o invalidem¹¹². Neste sentido pronunciou-se o TRL no acórdão de 19-05-2009¹¹³, em que se rejeitou a tese da SAP por se considerar que a mesma carece de base científica e se reconhece a possibilidade da mesma ser utilizada como uma manobra do progenitor não guardião.

Gardner alegou que cerca de 50 decisões nos tribunais americanos estabeleciam precedente no sentido da admissibilidade da SAP. Poucos foram os tribunais de apelação que publicaram efetivamente opiniões sobre a validade científica e a admissibilidade da SAP. Nos dois primeiros casos em que verdadeiramente foi analisada a questão da SAP¹¹⁴, os tribunais afirmaram a insuficiência da sua validade científica, em face dos critérios de admissibilidade referidos¹¹⁵. Também no caso *C.J.L. v. M.W.B*¹¹⁶, o tribunal se pronunciou no sentido de que a SAP não era aceite pela comunidade científica em geral, e como tal não poderia passar no “*Frye test*”. Outro importante caso foi *Snyder v. Cedar*¹¹⁷, em que o tribunal rejeitou a aplicação da SAP por considerar que lhe faltava sustentação metodológica. Nos poucos casos reportados, em que o testemunho de Gardner foi posto em causa e questionada a validade da SAP, os tribunais tendem a não aceitar nenhum dos dois¹¹⁸.

A SAP não resultou de uma pesquisa sistemática, resultou antes das meras observações pessoais de GARDNER sobre famílias marcadas pela disputa da custódia das crianças. Este autor criou a ilusão da existência de um conjunto de trabalhos sobre a SAP que na verdade não existiam. Iludiu a *peer-review* através da auto-publicação dos seus livros, na

¹¹⁰ SOTTOMAYOR, Maria Clara (2011a), ob. cit., pág. 160;

¹¹¹ LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado- volume I (Artigos 1º a 761º)*, 4ª edição, Coimbra Editora, 2010; pág. 340 e 341

¹¹² *ibidem*, pág. 341;

¹¹³ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19 de Maio de 2009, Processo nº 2190/03.1TBCSC-B.L1-7, Relator ARNALDO SILVA, acedido em: <http://www.dgsi.pt/>; consulta a 23/11/2011;

¹¹⁴ PEOPLE v. LOOMIS, The PEOPLE of the State of New York, 1997, disponível em: <http://caselaw.findlaw.com>; consulta a 15/12/2011; PEOPLE v. FORTIN, 2000, disponível em: <http://caselaw.findlaw.com>; consulta a 15/12/2011;

¹¹⁵ HOULT, Jennifer, ob. cit., pág. 3;

¹¹⁶ C.J.L. v. M.W.B, Ala. Civ. App. LEXIS 100, February 28, 2003, disponível em: <http://www.leadershipcouncil.org/>; consulta a 13/3/2012;

¹¹⁷ *Snyder v. Cedar*, disponível em: <http://www.dvleap.org/>; consulta a 5/12/2011;

¹¹⁸ BRUCH, Carol S., ob. cit. pág. 388;

sua própria editora privada, e através do envio dos seus textos a revistas que não realizavam a *peer-review*, uma delas abertamente pro-pedófila¹¹⁹. Quando os seus textos foram publicados e posteriormente escrutinados em publicações com autêntica *peer-review*, as suas teorias foram criticadas quase unanimemente pelos profissionais de saúde mental¹²⁰. De tal forma que até ao presente a sua suficiência científica não está provada. Veja-se a este propósito o facto de que esta teoria não se encontra incluída nem no DSM-IV-TR, da APA, nem no CID-10, da OMS¹²¹. Assim o Conselho Nacional de Juizes (dos EUA) determinou que a SAP foi desacreditada pela comunidade científica¹²² e, como tal os testemunhos que se fundam na SAP deveriam ser inadmissíveis em tribunal.

A máxima preocupação de Gardner passa pelo reconhecimento da SAP como síndrome pura com uma única causa específica subjacente (a lavagem cerebral), e incluída como tal no DSM. Desta forma procurava legitimar as soluções que definiu como terapêuticas: a transferência da guarda e simultaneamente o corte de relações com o progenitor preferido. A pureza desta síndrome segundo Gardner resultaria da semelhança que poderia ser encontrada nas crianças diagnosticadas com SAP. Por sua vez seria esta ideia de pureza que sustentaria a facilidade de diagnóstico da SAP¹²³. No entanto, tratando-se de uma entidade médica pura, pressupunha-se o uso de termos especializados, o que, como supra referimos, não acontece. Veja-se que, em 1994, há uma recusa oficial da inserção desta síndrome no DSM-IV, o que significa que o mesmo não cumpre os requisitos científicos impostos pela APA¹²⁴, nomeadamente pela sua falta de empirismo e inabilidade para preencher o conceito de síndrome como ali se define¹²⁵. Para além destas, outras instituições que se mostram relevantes advogam também a inadmissibilidade e falta de cientificidade da SAP, como exemplo podemos citar o “National Council of Juvenile and Family Court Judges”¹²⁶, o Consejo General del Poder Judicial¹²⁷, ou a Associação Espanhola de

¹¹⁹ PAYUETA, Consuelo Barea, *ob. cit.*, pág. 3;

¹²⁰ *Ibidem.*, pág. 3;

¹²¹ *Ibidem.*, pág. 7;

¹²² DALTON, Clare *et. al.*, *Navigating Custody & Visitation Evaluations in Cases with Domestic violence: A Judge's Guide*, 2006, disponível em: <http://www.thelizlibrary.org> consulta a 5/12/2011;

¹²³ ESCUDERO, Antonio, *et. al.*, *ob. cit.* pág. 4 e 19;

¹²⁴ BAREA, Maria José Blanco, *El Síndrome inquisitorial estadounidense de alienación parental*, acedido em: <http://www.redfeminista.org>; consulta a 21/2/2012; pág. 18;

¹²⁵ WALKER, Lenore, *ob. cit.* pág. 20;

¹²⁶ DALTON, Clare *et. al.*, *ob. cit.*, pág. 24 e ss;

¹²⁷ AA.VV, Consejo General del Poder Judicial, *ob. cit.*, pág. 128 e ss;

Neuropsiquiatria¹²⁸. Muitas vezes surgem simultaneamente, num litígio pela custódia, a oposição da mãe a uma guarda compartilhada e a recusa da criança ao contacto com o pai. É portanto fácil assumir que a aparição simultânea da oposição da mãe e a recusa da criança, significa que uma causa a outra. Gardner confunde assim um constructo sociológico, que se reporta a uma alteração no vínculo afectivo parental¹²⁹, com uma síndrome médica, sem verificar as diferentes causas possíveis mediante um diagnóstico diferencial preciso. Uma vez feito o diagnóstico de uma síndrome, este deve levar univocamente uma etiologia, a uma única causa patológica – **uma coisa é a recusa ao contacto com um progenitor e outra os factos que a motivam**¹³⁰. Não nos esqueçamos, esta recusa é sempre um fenómeno multifactorial.

c) Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e abuso sexual – a desvalorização das alegações e a inversão do ónus da prova

A maioria das disputas legais pela custódia caracterizam-se por uma prévia história de violência doméstica, sendo provável que a violência continue depois da separação¹³¹. Os processos judiciais tornam-se muitas vezes uma forma dos autores do crime de violência doméstica, ou os abusadores de crianças, manterem o seu controlo e autoridade sobre as suas vítimas, mesmo após a dissolução do casamento¹³².

Existem muitos mitos que, ainda hoje, potenciam a continuidade do fenómeno da violência doméstica. Há ainda muitas pessoas que consideram que casos destes são raros, que este é um problema de classes sociais baixas, com escassos recursos económicos e um baixo nível de escolaridade¹³³. Sabe-se hoje que tal não é de forma nenhuma verdadeiro, sendo este um fenómeno transversal em toda a nossa sociedade. Da mesma forma há também ainda

¹²⁸ AA.VV, *Declaración en contra del uso clínico y legal del llamado Síndrome de Alienación Parental*, Asociación Española de Neuropsiquiatria (Junta Directiva de la), 2010, disponível em: <http://www.aen.es>; consulta a 5/11/2011;

¹²⁹ CINTRA, Pedro, *et. al.*, *ob. cit.*, pág. 202;

¹³⁰ VACCARO, Sonia e PAYUETA, *ob. cit.* Pág. 67;

¹³¹ VACCARO, Sonia e PAYUETA, *ob. cit.* Pág. 71;

¹³² DALLAM, S. J./ SILBERG, J. L., *Myths That Place Children At Risk During Custody Litigation*, 2006, disponível em: <http://www.leadershipcouncil.org>; consulta a 15/11/2011; pág. 1; veja-se a este propósito o documentário AA.VV, *Breaking the Silence: Children's Stories*, PBS, 2005, acedido em: <http://video.google.com>; consulta a 11/12/2011;

¹³³ RODRÍGUEZ, Juan Ignacio Paz, *El llamado "Síndrome de alienación parental"*, disponível em: <http://www.conselldemallorca.net>; consulta a 11/3/2012; pág. 128;

concepções erradas e perturbadoras sobre o abuso sexual de crianças. Aludimos aqui a estes dois fenómenos, em particular, pois deparamo-nos com a utilização da SAP como forma de desvirtuar e distorcer acusações de violência doméstica e de abuso sexual, bem como as consequências a estes associadas. À semelhança do que Gardner defendia, está ainda difundida a ideia de que a taxa de **alegações falsas** de abuso sexual ou de violência doméstica é altíssima em contexto de litígio nos casos de custódia ou direito de visitas, sendo que há autores que a situam perto de uma percentagem de 80%¹³⁴. No entanto os estudos têm demonstrado que tal não é verdade. Pelo contrário, este tipo de alegações não são muito comuns, tendo-se verificado apenas em 2% dos processos de divórcio e em menos de 10% dos processos de guarda. Também a probabilidade de serem falsas é idêntica à das demais feitas fora deste contexto, rondando valores de 5%¹³⁵. Assim estes dados contrariam a noção de que há uma epidemia de acusações falsas utilizadas como meio para pais vingativos ganharem batalhas pela custódia dos seus filhos. Na verdade, a SAP foi construída sobre uma assunção que é a oposta do que se verifica na prática. Vários estudos têm demonstrado que as denúncias fabricadas de maus-tratos ou abusos são frequentemente apresentadas pelo progenitor que não detém a custódia. O “*Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect*”, provou que 43% das denúncias intencionalmente falsas eram feitas pelos progenitores não custodiais, 19% por outros parentes ou vizinhos, contra apenas 14% efetivamente feitas pelo progenitor que detinha a custódia¹³⁶.

Gardner defendia ainda que as crianças seriam parte fundamental desta construção maquiavélica, pois contribuiriam com as suas fantasias como forma de corroborar a versão do progenitor alienador. Não é demais salientar que rigorosas investigações científicas têm demonstrado que as crianças não têm qualquer tendência para terem fantasias sexuais nem para mentirem nestas matérias, e que sabem distinguir claramente a fantasia da realidade desde os 4 anos de idade¹³⁷.

Procurando fundamentar a SAP, Gardner criou um conjunto de critérios - *Sex Abuse Legitimacy Scale* - para diferenciar denúncias falsas e verdadeiras de abuso sexual durante disputas litigiosas pela custódia, atendendo a uma série de características. Citamos, a título de

¹³⁴ MCDONALD, Merrilyn, *The myth of epidemic false allegations of sexual abuse in divorce cases*, 1998, acedido em: <http://www.omsys.com>; consulta a 25/11/2011; pág. 4;

¹³⁵ THOENNES, Nancy e TJADEN, Patricia G., *The extent, nature, and validity of sexual abuse allegations in custody/visitation disputes*, in *Child Abuse & Neglect*, Volume 14, Issue 2, 1990, Páginas 151–163; no mesmo sentido DALLAM, S. J. e SILBERG, J. L., citam diversos estudos que corroboram estes dados, *ob. cit.* pág. 2 e ss;

¹³⁶ MEIER, Joan S, (2009b), *ob. cit.*, pág. 3;

¹³⁷ RIBEIRO, Catarina, *A Criança na Justiça, Trajetórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*, Coimbra, 2009, pp. 115 e ss, citado em, SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011c), *ob.cit.*, pág. 13;

exemplo, critérios como o facto da criança se mostrar muito relutante em contar a situação abusiva e os seus relatos terem pouca “qualidade”, ou o facto do denunciante dar pouca importância ao vínculo entre a criança e o pai abusador e negar inicialmente o abuso. Gardner parte de condutas expectáveis e descritas universalmente como indicadoras de abuso, invertendo-as e atribuindo-lhes o significado da presença da SAP. Estes critérios foram de tal forma criticadas pela comunidade científica em geral, que o próprio Gardner deixou posteriormente de as aplicar.

Aplicando-se a tese da SAP passa a haver uma presunção de que a criança e a mãe mentem, não se averiguando efetivamente o comportamento do progenitor alienado. O progenitor que procura proteger o filho através de assistência profissional, passa a ser visto como o criminoso e o seu comportamento como prova clara da existência da SAP. A partir da aparição deste tema num litígio, uma das partes é tratada como se estivesse doente (ainda que depois venha a ser punida como se o não fosse) e a sua palavra e a da criança perdem todo o valor. No mesmo sentido, o expediente judicial será, a partir de então tratado como se se tratasse antes de um expediente clínico¹³⁸. Como nos diz o Dr. Richard Ducote¹³⁹, a ironia da SAP é que a existência de evidências de abuso sexual leva a que os adeptos desta teoria diagnostiquem mais fervorosamente a existência da suposta síndrome. Assim quanto maior é a prova do crime, maior é também a prova para a defesa do criminoso. A SAP cria um argumento *ad hoc* para a defesa, neste tipo de casos, uma vez que faz recair a suspeita sobre a vítima, e consequentemente desvaloriza o testemunho infantil, quando, na maioria dos casos de abuso sexual na infância, a palavra da criança é a única prova para iniciar uma investigação. Na medida em que os critérios de diagnóstico da SAP incluem a existência de uma falsa denúncia de abuso sexual, desacreditam imediatamente a palavra da vítima e do denunciante nos processos de divórcio ou de regulação das responsabilidades parentais¹⁴⁰. Estabelecido o diagnóstico da SAP, parece haver uma inversão direta da valoração da prova, estabelecendo-se uma presunção *iures et de iure* de manipulação dos menores que não admite prova em contrário¹⁴¹, pois toda a prova que seja realizada serve apenas para corroborar a referida tese. O próprio Gardner admitiu que há pais abusadores que alegam em sua defesa, e com êxito, a existência da SAP para explicar a alienação, mas ainda assim considera que o

¹³⁸ ESCUDERO, Antonio, *et. al., ob. cit.* pág. 17;

¹³⁹ PAYUETA, Consuelo Barea, *ob. cit.*, pág. 4;

¹⁴⁰ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Uma análise Crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos Tribunais de Família*, in *Julgado*, nº13 – Janeiro/Abril 2011 publicação quadrimestral, (2011d), Coimbra Editora; pág. 76;

¹⁴¹ LOPEZ, Paloma Marín, *Resistencia a la aplicación de la ley integral. El supuesto SAP y su proyección en las resoluciones judiciales*, 2010, disponível em: <http://www.prodeni.org>; consulta a 3/1/2012; pág. 14;

problema não é a tese da SAP em si, mas antes o avaliador ou perito¹⁴². A propósito desta utilização da SAP como meio de defesa dos abusadores, veja-se entre nós o Processo nº 64/04.8GAVNG, do Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia, analisado pela Prof. Clara Sottomayor¹⁴³. Sucintamente trata-se de um processo de regulação das responsabilidades parentais de uma menina de 3 anos, em que a mãe havia apresentado queixa contra o pai, por suspeitar que este abusasse da menina. Num primeiro momento, o arquivamento do processo-crime fundamentou-se no facto de o exame de sexologia forense não revelar a presença de traumatismo sexual, na palavra do arguido que negou os factos que lhe eram imputados e no fenómeno da síndrome de alienação parental. Após interposição de recurso bem sucedido, a 2ª instância condenou o arguido a uma pena de prisão (suspensa) de três anos, pelo crime continuado de abuso sexual de crianças agravado (art. 172º nº 1 e 177º/1, al. a) do CP), juntamente com a pena acessória de inibição do poder paternal, por um período de oito anos (art. 179º do CP). Daqui resulta que, nos casos em que há alegações de abusos sexuais, os tribunais e demais entidades envolvidas no processo e investigação têm que colocar o superior interesse da criança acima dos demais interesses em jogo, e das suas concepções pessoais, respeitando assim o direito da criança à proteção do Estado e da sociedade (art. 69º nº 2 da CRP). Veja-se ainda o Ac. do TRL de 12-1-2009¹⁴⁴, em que houve também uma recusa da tese da SAP, por se considerar que havendo um caso de abuso sexual esta tese não seria aplicável, estando justificada a rejeição da criança devido à ruptura dos laços afectivos causada pelo abuso.

Por força da remissão do art. 147º-A da OTM, os processos de regulação das RP regem-se pelos mesmos princípios dos processos de promoção e proteção das crianças em perigo sendo sempre norteados pelo Princípio do Superior Interesse da Criança. Procura-se aqui a proteção da criança contra um determinado perigo, e não a punição penal do progenitor. Como tal, também o ónus da prova é menos exigente do que no processo penal, no qual vigora o Princípio *in dubio pro reu*. Assim sendo a decisão, principalmente em caso de dúvida, deve ter em vista o interesse da criança e a sua proteção e, enfatizamos mais uma

¹⁴² CAMPO, Ana María Pérez del, *et. al, ob. cit.*; pág. 35;

¹⁴³ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *O mito da síndrome de alienação parental - Os riscos para os direitos das mulheres e das crianças*, in Conferência Internacional “O Superior Interesse da Criança e o Mito da “Síndrome de Alienação Parental” (obra em vias de publicação), 3 de Novembro de 2011; acedido em: <http://projectocriar.blogspot.pt/2012/01/conferencia-internacional-o-superior.html>; consulta a 20/3/2012; pág. 15 e ss;

¹⁴⁴ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12 de Novembro de 2009, Processo nº 6689/03.1TBCSC-A.L1-2, Relator JORGE LEAL, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011;

vez, não o interesse ou a reputação dos adultos¹⁴⁵. A noção de perigo, neste tipo de processos, não exige a consumação do dano, justificando-se a aplicação de uma medida de proteção apenas com a possibilidade da sua verificação¹⁴⁶. Aqui será também relevante abordar, ainda que de forma muito sucinta, a questão da noção de “ato sexual de relevo”, como elemento do tipo legal do crime de abuso sexual de crianças, *p.e.p.* no art. 171º CP. Este conceito tem sido alvo de muitas críticas pela sua indeterminação, e tem sido alvo de uma densificação demasiado exigente pela maioria da jurisprudência. Ora consideramos que este deve ser integrado pelos atos que “*para o senso comum e do ponto de vista da vítima, são, sem dúvida, atos sexualmente abusivos*”¹⁴⁷ e susceptíveis de pôr em causa a sua liberdade de autodeterminação sexual. O que é relevante é a percepção do facto pela criança e a forma como este perturba a sua intimidade. Uma visão restritiva do conceito de ato sexual de relevo contribui para a descriminalização das variadíssimas formas que os abusadores de crianças têm de praticar os atos sexualmente abusivos.

Atendendo à enorme dificuldade de prova destes casos, o sistema tem o dever de presumir a boa fé da pessoa que faz a acusação ou a alegação de abuso sexual e ponderar o testemunho da criança¹⁴⁸. A noção de abuso sexual tem obviamente uma componente subjetiva e que consiste na obtenção de gratificação sexual para o adulto, há mesmo comportamentos que estão na fronteira entre a ternura e o abuso e, como tal, é necessário respeitar a interpretação dos mesmos pela pessoa de referência do menor¹⁴⁹. Mais uma vez alertamos para a particular importância da valorização da audição da criança.

É importante salientar que a nossa jurisprudência não é, no entanto, uniforme quanto à aplicação da teoria da SAP, o que nos parece especialmente perturbador nos casos em que há uma alegação de abusos. Veja-se, a este propósito, o Ac. do TRL de 26-01-2010¹⁵⁰, em que houve uma efetiva aplicação da SAP, por se considerar a sua validade, aplicando-se mesmo a solução preconizada naquela, o que originou a transferência da guarda da mãe para o pai acusado¹⁵¹. Por agora, parece-nos pertinente referir que ao abrigo do referido princípio da

¹⁴⁵ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Uma análise Crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos Tribunais de Família*, in *Julgar*, nº13 – Janeiro/Abril 2011 publicação quadrimestral, (2011d), Coimbra Editora; pág. 91 e ss;

¹⁴⁶ BORGES, Beatriz Marques, *Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Comentários e Anotações à Lei 147/99, Almedina, Coimbra, 2007, pág. 27 a 31, citado em SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), ob.cit., pág. 92;*

¹⁴⁷ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), *ob. cit.*, pág. 92;

¹⁴⁸ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011c), *ob. cit.*, pág. 20;

¹⁴⁹ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), *ob. cit.*, pág. 92;

¹⁵⁰ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 26 de Janeiro de 2010, Processo nº 1625/05.3TMSNT-C.L1-7, Relator ANA RESENDE, acessado em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011;

¹⁵¹ Sobre a problemática da aplicação deste “tratamento”, vide ponto e).

livre apreciação da prova, o Tribunal formou convicção no sentido da não existência de abusos sexuais, o que efetivamente legitima a manutenção e até mesmo a estimulação da relação entre a criança e o pai, pois não cremos de forma nenhuma que esta relação não seja indispensável para o pleno desenvolvimento da criança. Muito pelo contrário, um dos pais não pode substituir o papel fundamental que o outro desempenha na vida do menor. Ainda assim, quando há uma alegação de abusos sexuais a responsabilidade do Tribunal torna-se imensurável. O Tribunal deve determinar se o contacto entre a criança e o progenitor acusado é aconselhado, pois a exposição da criança a um abusador origina danos irreparáveis. Por outro lado, se a acusação é falsa então o tribunal deve proteger os direitos parentais e a relação entre o progenitor e a criança. As consequências de uma decisão errada num sentido e noutro são indescritíveis¹⁵².

Outro crítica que nos parece pertinente neste apartado é o facto dos defensores da tese da SAP não considerarem relevante o facto da criança ser testemunha de violência doméstica e, como tal não considerarem esta forma de violência como abuso infantil. A pesquisa científica tem demonstrado inequivocamente que as crianças, testemunhas deste tipo de crime, são afectadas de forma negativa e muito profundamente, ainda que não sejam vítimas diretas¹⁵³. Veja-se a este propósito entre nós o Ac. do TRG de 28 de Abril de 2010¹⁵⁴, em que num processo crime por violência doméstica o arguido utilizou como meio de defesa a tese da SAP. Embora ainda esteja empedernido o mito de que não há uma correlação específica entre violência doméstica e abusos infantis, esta falácia é desmentida por estudos que comprovaram a ocorrência simultânea entre violência doméstica e abusos infantis, verificando-se assim uma frequente sobreposição dos dois fenómenos. Ainda que não sejam vítimas diretas, as crianças expostas a este tipo de violência mostram níveis de problemas emocionais e comportamentais comparáveis aos daquelas que efetivamente sofreram violência doméstica ou abusos sexuais¹⁵⁵.

Tem sido sugerido que transferências de custódia para progenitores abusivos são raras¹⁵⁶, ou seja, que a apreciação dos tribunais sobre a efetiva presença ou ausência de abusos é quase sempre certa. Note-se, a este propósito, que o arquivamento de processos-

¹⁵² DALLAM, S. J./ SILBERG, J. L., ob. cit, pág. 1;

¹⁵³ SANI, Ana Isabel, *Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar*, in *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, 849-864, acedido em: <http://analisesocial.ics.ul.pt>; consulta a 27/3/2012;

¹⁵⁴ Referido pela Prof. Maria Clara Sottomayor em *O mito da síndrome de alienação parental - Os riscos para os direitos das mulheres e das crianças*, in Conferência Internacional “O Superior Interesse da Criança e o Mito da “Síndrome de Alienação Parental”, 3 de Novembro, (2011e);

¹⁵⁵ SANI, Ana Isabel, ob. cit.;

¹⁵⁶ DALLAM, S. J./ SILBERG, J. L., ob. cit, pág. 4;

crime relativamente a denúncias de abuso não significa que a denúncia era falsa, apenas que não ficaram provados. É fácil perceber que estamos perante factos alegados difíceis de provar, sendo que muitas vezes a única prova que existe é a palavra da vítima, abalada psicológica e fisicamente. Esta questão torna-se particularmente gravosa, quando a vítima é uma criança, especialmente de tenra idade, que não consegue compreender o que aconteceu e porque aconteceu. De acordo com um relatório da Fundação Americana de Juízes em 70% das vezes que um abusador requer a custódia, este convence o tribunal a conceder-lha, o que é em parte explicável pelo facto de em 47,6% dos casos com uma história documentada e provada de violência, os arquivos judiciais do divórcio não mencionarem a existência de abusos¹⁵⁷.

Um estudo na Universidade da Califórnia determinou que 97% das mães que fizeram denúncias relativas a abusos reportaram que as pessoas envolvidas na investigação minimizaram ou ignoraram essas denúncias. Para além disso sentiram-se punidas por tentarem proteger os seus filhos, e 45% inclusive afirmou que tinham sido rotuladas como alienadoras, ao abrigo da SAP¹⁵⁸. Existem várias razões que explicam esta situação, entre estas destaca-se a que referimos, relativa à existência de uma crença generalizada de que as alegações que são levantadas durante os litígios são falsas e visam ganhar vantagem nos mesmos. Como demonstrámos isto não só é falso, como acontece precisamente o oposto, uma vez que as sentenças se mostram quanto a estas mães menos favoráveis¹⁵⁹. Por outro lado, verificamos ainda que muitos ordenamentos jurídicos, entre os quais se inclui o português, têm legislação no sentido da obrigatoriedade da custódia conjunta, sendo que adoptam como critério, quando aquela não se mostra possível, o “*friendly parent*” (cfr. Art. 1906º/5 CC). Este pressupõe que a criança será entregue ao progenitor que se mostre mais apto para facilitar a relação da criança com o outro. Embora na teoria este conceito pareça perfeito, a verdade é que na prática penaliza o progenitor que suscite a questão da existência de abusos, favorecendo o progenitor abusador que não levanta obstáculos ao contacto do outro progenitor com a criança¹⁶⁰. Por fim podemos ainda referir um outro factor, que se prende com a disseminação em tribunal de verdadeira “*junk science*”. Surgem ao longo dos anos inumeráveis “síndromes” que procuram patologizar as respostas tanto das crianças, como dos progenitores que procuram a sua protecção, sendo de entre estas, paradigmática a SAP.

¹⁵⁷ *ibidem*, pág. 6;

¹⁵⁸ *ibidem*, pág. 6;

¹⁵⁹ *ibidem*, pág. 8;

¹⁶⁰ Para mais informação sobre este critério, DORE, Margaret K., *The “friendly parent” concept: a flawed factor for child custody* acedido em: <http://www.thelizlibrary.org>, consulta a 15/12/2011;

d) A discriminação das mulheres nos Tribunais face à SAP

Consideramos pertinente evidenciar, ainda que de forma muito sucinta, que embora os seguidores da tese da SAP tenham alterado o axioma que pressupunha a alienação como um fenómeno (estritamente) feminino para evitar as críticas que levaria ao branqueamento do fenómeno da discriminação de género, a verdade é que o fundo sexista da teoria de Gardner tem sido revelado na sua aplicação prática.

Há uma errada concepção da sociedade no sentido de se pensar que há uma preferência explícita e generalizada pelas mães sobre o pai, quer na atribuição da custódia, quer no estabelecimento do regime de visitas. A preferência maternal não só desapareceu dos nossos tribunais há cerca de 20 anos, como assistimos hoje à globalização de um fenómeno inverso, o da clara preferência judicial pela atribuição da custódia aos pais-homens¹⁶¹. Embora na maior parte dos casos a guarda seja atribuída às mães, tal fenómeno surge no acordo dos pais. Quando são os pais a requerer a custódia aos tribunais, na maioria das vezes esta é-lhe atribuída¹⁶². Não nos esqueçamos também que, na nossa sociedade é comum ser a mãe aquela que mais tempo dedica aos filhos e à família em geral¹⁶³, pelo que, aplicando-se o referido critério da figura de preferência, esta distribuição na atribuição da custódia mostra-se perfeitamente normal.

Na aplicação da SAP, temo-nos deparado com relatórios e pareceres de técnicos, incluindo psicólogos, que diagnosticam às mulheres a “alienação parental”, indicando depois na metodologia que nunca as entrevistaram, tendo apenas consultado o ex-companheiro, e parentes deste¹⁶⁴. Por outro lado, as Profs. Vaccaro e Payueta reportam a existência de relatórios elaborados sem qualquer recurso a métodos cientificamente reconhecidos, e que têm por base em exclusivo a percepção subjetiva de quem avalia¹⁶⁵. Em 90% destes relatórios verificou-se que os mesmos continham adjetivos relativos à entrevistada e às suas condutas – verdadeiros pré-juízos - sem qualquer fundamento científico¹⁶⁶.

Mas esta discriminação vai mais longe, havendo um duplo critério naquilo que se pode chamar a aplicação da SAP, consoante seja invocada pelo pai ou pela mãe. No Ac. do

¹⁶¹ AA.VV, *Breaking the Silence: Children's Stories*, PBS, 2005, acedido em: <http://video.google.com>; consulta a 11/12/2011;

¹⁶² DALLAM, S. J./ SILBERG, J. L., ob. cit., pág. 5;

¹⁶³ Novamente remetemos para a consulta dos anexos 9 a 11;

¹⁶⁴ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2001b), ob. cit., pág. 3;

¹⁶⁵ VACCARO, Sonia e PAYUETA, ob. cit. Pág. 47;

¹⁶⁶ VACCARO, Sonia e PAYUETA, ob. cit. Pág. 47;

TRE, de 24-05-2007¹⁶⁷, apesar da SAP ter sido invocada nas alegações da mãe contra o pai, que proibiu os contactos das crianças com aquela, que a denegria junto das crianças e que a agrediu e ameaçou diante destes, o Tribunal de 1ª instância confiou a guarda ao pai. Esta decisão foi revogada pelo TRE, que no entanto não utilizou o conceito de SAP na fundamentação da decisão, antes os critérios tradicionais, nomeadamente da pessoa de referência. Outro caso relevante é o descrito no Ac. do TRL, de 08-07-2008¹⁶⁸, em que apesar de ter ficado provado que o pai impedia as visitas da mãe à filha, o Tribunal afirmou que, *“Não se pode dizer que um progenitor que dificulte o regime de visitas da mãe, não seja um bom progenitor ao ponto de se lhe alterar, por essa razão, a guarda da menor.”* (...) *“qualquer atitude brusca de mudança seria sempre perigosa e poderia ocasionar danos difíceis de reparar na menor.”* (...) *“Nem tão pouco se deve penalizar a criança por uma conduta a si alheia (...)”*. No caso decidido pelo Ac. do TRG, de 24-11-2009¹⁶⁹, relativo a um processo de incumprimento de visitas, a mãe invocou contra o outro progenitor o conceito de alienação parental, o qual foi confirmado por relatório psicológico. Acabou, contudo, por ver a sua pretensão indeferida, em virtude de o Tribunal ter entendido que não constavam do processo as razões que determinaram a ruptura dos laços de afectividade entre a criança e a mãe, nem as causas da recusa da criança. Assim, quando a mãe alega a SAP esta não tem aplicação, mais uma vez suportando o facto da SAP ter sido criada como um mecanismo de defesa destinado a favorecer os homens¹⁷⁰.

Verifica-se que em geral, e não é uma realidade exclusivamente portuguesa, quando a SAP é diagnosticada no pai, não há lugar ao tratamento da “terapia da ameaça”, nem se modifica a custódia, colocando-se o acento na proteção do interesse da criança¹⁷¹. O que nos parece efetivamente a posição certa como temos defendido ao longo deste trabalho. O que criticamos, no entanto, é a diferenciação de tratamento, quando é a mãe a ser diagnosticada com o suposto SAP. Um estudo realizado em Espanha e documentado com a análise de várias sentenças entre 2003 e 2009, levou à conclusão de que o diagnóstico da SAP foi realizado tanto nos pais como nas mães, mas o critério do género assumia particular importância nas

¹⁶⁷ Ac. Do TRE, de 24 de Maio de 2007, Processo nº 232/07-3, Relator MATA RIBEIRO, acedido em: <http://www.dgsi.pt/>; consulta a 23/11/2011;

¹⁶⁸ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de Julho de 2008, Processo nº 5895/2008-I, Relator ROSÁRIO GONÇALVES, acedido em: <http://www.dgsi.pt/>; consulta a 23/11/2011;

¹⁶⁹ Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 24 de Novembro de 2009, Processo nº 2142/07.2TBFAF.G1, Relator MARIA LUÍSA RAMOS, acedido em: <http://www.dgsi.pt/>; consulta a 23/11/2011;

¹⁷⁰ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2001c), *ob.cit.*, pág. 34 a 36;

¹⁷¹ CARBAJAL, Victoria Fernández *et. al*, *ob. cit.* pág. 8;

medidas a tomar adoptadas pelas sentenças¹⁷². Em nove sentenças, em que se considerou provado que o pai era o alienador, em nenhuma delas se retirou a custódia ao pai para se entregar à mãe. Em duas delas as crianças foram retiradas ao pai, mas entregues a terceiros, mantendo-se o regime de visitas do pai. Inclusive numa das sentenças estudadas, em que o pai foi diagnosticado com um grau severo de SAP, suspendeu-se o regime de visitas da mãe! Pelo contrário, nas seis sentenças em que se considerou que a mãe era a alienadora, em cinco delas retirou-se a custódia à mãe e suspendeu-se o regime de visitas¹⁷³.

e) O tratamento Recomendado e o perito como juiz: da Terapia da Ameaça à utilização de meios coercivos;

Num mundo perfeito, as crianças desenvolvem laços fortes e de grande proximidade com ambos os pais. No entanto, as crianças ditas saudáveis não expressam de forma consistente o seu amor pelos seus pais e nem sempre se consideram próximas de ambos os pais de forma igual¹⁷⁴. Longe de indagar os motivos que poderiam explicar esta recusa, a SAP etiqueta todas as crianças com o mesmo rótulo – a criança está alienada e a alienadora é a mãe. Para obstar a este elemento dito patogénico, Gardner teorizou um tratamento que chamou de “Terapia da Ameaça” (*Treath therapy*), a qual consiste em afastar totalmente a criança do progenitor preferido, para assim se conseguir inverter a alegada lavagem cerebral. Este afastamento implica uma total quebra de contacto entre a criança e o progenitor primário, pelo que Gardner aconselha até um período de internamento numa instituição, o qual mediará a posterior entrega ao progenitor rejeitado.

Mas foi ainda mais longe, justificando este tratamento no facto da maioria dos progenitores alienadores não serem candidatos a terapia, em virtude de, não reconhecerem que padecem de problemas psiquiátricos, e de não estarem motivados a procurar alívio para este problema. Para este autor, os progenitores responsáveis pela doutrinação não consideram que a suposta programação por eles desenvolvida é uma manifestação de um problema psiquiátrico, nem a reconhecem como uma forma de abuso emocional¹⁷⁵. Por outro lado, a

¹⁷² *ibidem*, 220;

¹⁷³ *ibidem*, pág. 220 a 223;

¹⁷⁴ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 2;

¹⁷⁵ GARDNER, Richard, (2002c), *ob. cit.*, pág. 6;

terapia não seria suficiente para inverter a lavagem cerebral das crianças, uma vez que estas têm as mesmas fantasias que o progenitor alienador.

Gardner alude a esta ameaça como necessidade, a qual pressupõe o poder executório dos juízes. Sem ele não seria possível concretizar a ameaça em si e, por conseguinte, o tratamento de desprogramação não seria realizável. Estas ameaças, são dirigidas não só ao progenitor alienador, como à própria criança, pois são ambos responsáveis pela manutenção da situação de afastamento do outro progenitor. Estas ameaças são hierarquizadas de acordo com o nível de SAP que se verifica, e vão desde as sanções económicas, à ameaça de alteração definitiva da custódia para o progenitor vitimizado, e atingem o seu nível máximo quando o “terapeuta” considerar que a única forma de desprogramação é a pena de prisão¹⁷⁶. Gardner considera que os juízes se mostram muito relutantes em tomar as decisões que ele considera necessárias para que se dê a desprogramação, preferindo não fazer mudanças drásticas na vida das crianças e não aplicar medidas de aprisionamento¹⁷⁷. Não podemos deixar de salientar que tal relutância nos parece perfeitamente fundada, mais que não seja pelo próprio bom-senso. Este tratamento revela-se violador da nossa lei, nomeadamente pondo em causa o princípio da prevalência da família, consagrado no art. 4º, g) da LPCJP, segundo o qual a institucionalização é um ultimo recurso dentro do sistema de proteção. Usar um tratamento coactivo em situações que não são de emergência conflitua com os direitos dos sujeitos à recusa desse mesmo tratamento¹⁷⁸, ou seja, violando-se a obrigação de existência de um consentimento informado (cfr. art. 26º CRP). Verifica-se, também, a violação do direito dos pais a não serem separados dos seus filhos, tal como consagrado no art. 36º/6 da própria CRP, bem como o direito da criança à família e manutenção dos seus laços afectivos com a pessoa da referência, garantido nos termos do art. 69º/1 CRP. Parece-nos que há aqui (mais) uma incongruência por parte dos defensores da SAP, que sustentam a aplicação da transferência da custódia como forma de assegurar o direito da criança à manutenção das relações essenciais para o seu desenvolvimento, nomeadamente considerando que é extremamente prejudicial para aquela o afastamento de um dos progenitores. No entanto advogam simultaneamente o afastamento do progenitor preferido, que é efetivamente a pessoa de referência da criança, de forma brusca, radical e coactiva. Invocamos novamente o já citado Ac. TRL de 26-01-2010, em que a douta relatora invoca o

¹⁷⁶ ESCUDERO, António, *et.al.*, pág. 52; vide anexo 19;

¹⁷⁷ GARDNER, Richard, *Should Courts Order PAS Children to Visit/Reside with the Alienated Parent? A Follow-up Study*, 2001, acedido em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01a.htm>; consulta a 9/11/2011; pág. 6 e ss;

¹⁷⁸ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 7;

empobrecimento sofrido pela criança em face do afastamento do progenitor alienado, qualificando os sentimentos da criança de ansiedade e angústia como patológicos. Não podemos deixar de questionar aqui uma vez mais a motivação subjacente à SAP: o bem estar da criança, ou os direitos dos pais? Assistimos a uma total objetivação da criança e a um total desrespeito pela sua vontade ou opinião, ao contrário do que estipula a própria CDC, como acima se salientou, e em violação do que considera a maioria da nossa jurisprudência¹⁷⁹. Altera-se toda a vida da criança, para respeitar o direito dos progenitores. Saliente-se que a SAP nada pede ao progenitor dito alienado, não pede que este se adapte à vida da criança, pelo contrário, é a criança que deve mudar de escola, de amigos, e até de família para realizar os direitos do pai. E em casos mais extremos ser institucionalizada, como se fosse condenada a uma verdadeira pena de prisão. Como nos diz o Dr. Emílio Salvador, pedopsiquiatra, “pôr uma criança numa instituição porque ela não quer ir ao pai é uma punição, ela foi condenada a um exílio interno”¹⁸⁰.

Este tratamento constitui, assim, uma medida degradante para a criança porque atenta contra o seu direito a um desenvolvimento integral e pleno, funcionando como uma verdadeira punição quando, não nos esqueçamos, estamos perante uma pessoa que goza do estatuto de inimputabilidade segundo a nossa lei penal. O facto de estarmos perante um tratamento imposto como coação legal, diz-nos que a SAP seria uma “opção” e não uma patologia. Estando em causa uma síndrome médica, como pretendia o seu autor, então não deveria ser o progenitor alienador considerado como estando doente, e como irresponsável pelo seu comportamento? Acaso a nossa lei penal pune e aplica penas sem a existência de culpa? Mas esta teoria vai ainda mais longe, procurando através desta medida mais do que a “mera” punição de uma vítima, procura mesmo ordenar a reconstrução da personalidade da criança. Há uma clara violação “*do reduto mais profundo e íntimo de um ser humano, negando-lhe a liberdade de amar e não amar, expressão do seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade (art. 25º, 26º e 69/1 CRP e 70/1 CC)*”¹⁸¹.

Em caso algum o Estado separa as crianças dos seus pais fora dos casos elencados na LPCJP. Note-se que a existência da SAP não consta dos mesmos, e a institucionalização só pode ser aplicada se falharem as medidas alternativas ao internamento, funcionando como um ultimo reduto. O princípio que deve estar subjacente a um tratamento é a sua finalidade

¹⁷⁹ vide a este propósito, entre outros, Acórdão do TRE, de 13 de Janeiro de 2005, Relator: AIVARO RODRIGUES, disponível em www.dgsi.pt.

¹⁸⁰ Vide anotação [100];

¹⁸¹ SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011d), *ob. cit.*, pág. 95;

estritamente terapêutica ou seja, um tratamento não pode ser utilizado para sancionar condutas, nem para obter benefícios secundários, como o triunfo pela custódia¹⁸². Mas este tratamento para além de não ter resultados comprovados, tem o efeito oposto podendo gerar, agora sim, uma verdadeira patologia, reconhecida pelo DSM-IV como transtornos de ansiedade de separação (F93.0 - 309.21)¹⁸³. Assim sendo não é surpreendente que a maioria da literatura científica se pronuncie no sentido de que o tratamento proposto por Gardner não seja de forma nenhuma eficaz¹⁸⁴. Até muitos dos terapeutas que advogam a doutrina da SAP se mostram relutantes em aplicar este tratamento.

Um estudo da autoria da Dr. Judith Wallerstein e Joan Kelly¹⁸⁵ demonstrou que a reação das crianças ao divórcio era diferente consoante a sua idade e estágio de maturidade. O mesmo estudo demonstrava que os sentimentos de recusa ao contacto eram meramente transitórios, tendo todas as crianças abandonado os mesmos, na sua maioria, entre 1 a 2 anos após a separação, e os restantes antes dos 18 anos. O que muito difere das afirmações de Gardner de que as crianças sem o “tratamento de ameaça” manterão para sempre o pai fora das suas vidas¹⁸⁶.

A propósito dos perigos da aplicação deste tratamento, nos EUA foram feitos documentos com relatos contados na primeira pessoa, pelas crianças que a ele foram submetidas, no site “Courageous Kids Network”¹⁸⁷. Também o já referido documentário da PBS, “*Breaking the silence*”¹⁸⁸ documenta várias histórias e alerta para os perigos deste tratamento. Vários estudos demonstram que estes jovens adquirem uma forte tendência para condutas autolesivas, que podem mesmo levá-los ao suicídio¹⁸⁹. A este propósito veja-se o chocante caso de Nathan Grieco, descrito pelas Profs. Sonia Vaccaro e Consuelo Barea¹⁹⁰. Em casos que se mostram menos extremos, as crianças continuam a sofrer em virtude da imposição de uma repentina e radical mudança em toda a sua vida e, em particular, na relação com o progenitor em quem confiam.

A aplicação desta teoria, nos tribunais portugueses, tem conduzido a decisões judiciais

¹⁸² BAREA, Maria José Blanco, *ob. cit.*, pág. 196;

¹⁸³ *ibidem*, pág. 197;

¹⁸⁴ HOULT, Jennifer, *ob. cit.*, pág. 7;

¹⁸⁵ WALLERSTEIN, Judith S. e KELLY, Joan, *Surviving the breakup – how children and parents cope with divorce*, apud BRUCH, Carol S., *ob. cit.* pág. 396;

¹⁸⁶ BRUCH, Carol S., *ob. cit.* pág. 396;

¹⁸⁷ Relatos disponíveis em <http://www.courageouskids.net/>;

¹⁸⁸ *vide supra* nota [187];

¹⁸⁹ VACCARO, Sonia e PAYUETA, *ob. cit.*; pág. 205;

¹⁹⁰ *ibidem*, capítulo I;

que decretam a entrega forçada da criança, através da intervenção policial, citando-se a exemplo o Ac. TRL de 26-01-2010 (Relatora: ANA RESENDE) e Ac. TRL 15-12-2009 (Relatora: ROSA RIBEIRO COELHO)¹⁹¹. Não podemos deixar de referir, no polo oposto o Ac. do TRE de 6-02-2005¹⁹², que nos parece fundamental e, no qual se afirma veementemente que as medidas impostas *manu militari* agravam não só a relação já deteriorada dos progenitores, como fragilizam a criança “na sua impotência de mudar as coisas que a envolvem e em que é, simultaneamente, sujeito e objecto”. Aí afirma-se ainda e, para nós de forma fulcral, que “estamos no domínio das pessoas e não das coisas!”.

“O Amor não se impõe por decreto ou por sentença, conquista-se com paciência e afecto!”¹⁹³

Terminamos este capítulo salientando que estas recomendações de Gardner confundem o papel do juiz e do perito, passando a ser este último quem decide o que fazer e, como fazer, com o processo. O perito transmuta-se assim na pessoa que indica ao juiz quais os passos processuais a seguir¹⁹⁴. Gardner, inclusive, considera que os terapeutas que pretendam trabalhar com crianças que sofrem da SAP devem estar dispostos a utilizar “métodos alternativos de terapia”, nomeadamente recorrendo a uma postura autoritária e ameaçadora tanto para com os pais alienadores, como para com a própria criança. Para além disso salienta ainda a importância de nestes casos o terapeuta não estar adstrito ao dever de confidencialidade para garantir a efetividade do tratamento. Pois os terapeutas, no seu entender, devem reconhecer que a vontade da criança não coincide com o seu interesse, o qual reside nos convívios, ainda que forçados, com o progenitor alienado¹⁹⁵. Passamos, assim, a estar perante um perito com poder de ameaçar e capaz de despoletar, no tribunal, a aplicação de sanções que considera adequadas. Veja-se que tal visão dos peritos viola o art. 201/3 CRP, uma vez que a CRP não lhes atribui o poder de tomar decisões, quanto mais o poder de ameaçar e coagir as famílias. Os peritos perdem a posição de neutralidade e imparcialidade, determinante para uma avaliação isenta, e violam deveres legais e éticos. Os

¹⁹¹ Ambos disponíveis em www.dgsi.pt.

¹⁹² Ac. TRE de 6/2/2005, Processo nº 946/05-3, Relator ÁLVARO RODRIGUES, acedido em: <http://www.dgsi.pt>; consulta a 23/11/2011;

¹⁹³ *ibidem*.

¹⁹⁴ VACCARO, Sonia e PAYUETA, Consuelo Barea, ob. cit.; pág. 53;

¹⁹⁵ GARDNER, Richard, *Should Courts Order PAS Children to Visit/Reside with the Alienated Parent? A Follow-up Study*, 2001, acedido em: <http://www.fact.on.ca>; consulta a 9/11/2011; pág. 5;

pareceres periciais devem funcionar, apenas, como um meio auxiliar de decisão e como forma de suprir as lacunas no conhecimento científico do juiz, respeitando-se o princípio constitucional de que o poder de decisão pertence a este. Deve manter-se perspectiva interdisciplinar do Direito, mas aceitando somente teorias com validade na comunidade científica a que pertencem e tendo em conta critérios morais e sociais que escapam aos peritos. Como se explicou, a SAP não corresponde a uma patologia que possa ser diagnosticada. Importa, antes, a apreensão da realidade contextual, função que é atribuída ao juiz, encarregado de apreciar a matéria de facto e de aplicar a lei ao caso concreto¹⁹⁶. Pois é o tribunal que tem uma visão global e longitudinal de todo o processo, e não o perito, que apenas tem acesso a fragmentos. Não podemos esquecer, nem perder de vista que, quem deve decidir é o juiz, e esta competência tão exclusivamente sua, não pode ser delegada a um terceiro. A própria CRP o impõe, no seu art. 202.º, através da consagração do princípio da reserva judicial. Veja-se que um entendimento em sentido oposto é até contrário ao fundamental princípio da imediação, que impõe uma relação de contacto direto e pessoal, entre o julgador e as pessoas cujas declarações irá valorar, e com os documentos que servirão para fundamentar a decisão da matéria de facto¹⁹⁷. A proposta de Gardner assemelha-se mais a uma sentença do que a um meio de prova¹⁹⁸.

¹⁹⁶ CINTRA, Pedro, *et al.*, *ob. cit.*, pág.202;

¹⁹⁷ *in* Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 22/4/2009, Processo nº 2912/06.9TALRA.C1, acedido em: <http://www.trc.pt>; consulta a 3/3/2012;

¹⁹⁸ VACCARO, Sonia e PAYUETA, Consuelo Barea, *ob. cit.*; pág. 53;

CAPÍTULO IV

Síndrome de Alienação Parental ou Alienação Parental?

Em face das inúmeras críticas feitas à tese da SAP de Gardner, têm surgido novas formulações da mesma teoria, especialmente recorrendo à utilização da terminologia “alienação parental”. Recentemente Johnston and Kelly criticaram a tese de Gardner, por considerarem a mesma demasiado simplista e tautológica e por não haver dados suficientes que a permitissem apelidar de síndrome¹⁹⁹. Adoptaram, por isso, o conceito de alienação parental, o qual pretende descrever um fenómeno, que ao contrário do afirmado por Gardner, se verificaria apenas numa pequena percentagem de crianças, em contexto de divórcio ou disputas pela custódia. Estes autores procuram centralizar a questão na criança alienada e nos seus comportamentos, abandonando os comportamentos do pai alienador como ponto de partida²⁰⁰. Procuram enfatizar todas as outras causas²⁰¹ que poderão estar na origem da recusa ao contacto com o progenitor alienado, como as próprias vulnerabilidades da criança e o comportamento de ambos os pais. Uma importante diferença é também a recusa destes autores em relação aos tratamentos prescritos por Gardner, pois consideram que o objectivo deve ser uma relação mais saudável com ambos os pais, e não apenas a reconciliação da criança com o progenitor alienado.

Verifica-se, assim, que as diferenças entre AP e SAP, ainda que haja uma mudança do foco e se procure efetivamente uma melhor explicação para o fenómeno, não são tão evidentes para advogados, juízes e peritos. O próprio Gardner reconheceu que muitos dos intervenientes judiciais usam o termo “alienação parental” para evitar as críticas dirigidas à SAP. Por outro lado, as teorias que preconizam a AP continuam a ter por base os materiais que fundamentaram a tese da síndrome e, por conseguinte a manter as ideias pré-concebidas que orientavam a tese originária. Embora se verifique, aparentemente, um afastamento da ideia original de psiquiatrização e diabolização da mãe alienadora, os autores continuam a realçar os chamados factores conscientes ou inconscientes que afectam o comportamento

¹⁹⁹ KELLY, John B. and JOHNSTON, Janet R., *The alienated child: a reformulation of PAS*, 2001, acedido em: <http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>; consulta a 20/1/2012; pág. 249 e 250;

²⁰⁰ *ibidem*, pág. 251;

²⁰¹ *vide* anexo 21;

daquela²⁰². Mas o problema fundamental que aqui surge é o facto de a AP continuar sem distinguir adequadamente as crianças ditas alienadas daquelas que são efetivamente abusadas, obscurecendo-se desta forma o impacto do abuso ou negligência nos sentimentos das crianças para com os seus pais²⁰³.

Tendo em conta que o conceito de (síndrome de) alienação parental não será em breve abandonado, mas também que o fenómeno da recusa da criança, em virtude de uma influência indevida, existe, de facto, na realidade social, urge elaborar uma tese que seja consciente deste fenómeno. Contudo, deve esclarecer-se que a alienação parental não é um fenómeno comum nos divórcios, como se propaga, mas um conceito aplicável, apenas, a uma pequena percentagem de casos. Tendo em conta somente as situações em que se verifica efetivamente a recusa **injustificada** da criança, por resultar da manipulação de um dos pais, o número de crianças alienadas constitui, apenas, 10% das crianças do número total de crianças²⁰⁴.

²⁰² SOTTOMAYOR, Maria Clara, (2011c), *ob. cit.*, pág. 41;

²⁰³ MEIER, Joan S., (2009b), *ob. cit.*, pág. 8 e 9;

²⁰⁴ *ibidem*, pág. 9.

CONCLUSÃO

A recusa da criança e a necessidade da busca por uma nova solução

A rejeição das crianças em relação a um dos seus progenitores é um fenómeno observável, mas tal não justifica a aplicação de uma tese marcada por uma ideologia discriminadora e sexista, sem uma verdadeira base científica, e que procura branquear o fenómeno da violência doméstica e do abuso sexual de crianças. Parece-nos que se deve considerar inadmissível em tribunal a invocação da SAP, mais ainda quando o seu tratamento exclui qualquer tipo de terapia e é marcado pela ameaça, castigo e coação, presumindo a própria culpabilidade da criança, que nada fez para criar um conflito que não é seu. A SAP apresenta um remédio fácil, rápido e com poucos gastos para o Estado²⁰⁵, para um problema deveras complexo e, potencialmente modificador, se não mesmo destruidor, para a vida de inúmeras crianças.

Não negamos que existam mães e pais que, incapazes de gerir as suas perdas, envolvem os filhos nas suas disputas e que os usam como arma de arremesso nos conflitos por eles criados. Há pais e mães perversos que manipulam os seus filhos, os utilizam para os seus fins e, procuram o afastamento destes do seu ex-cônjuge. Há pais e mães que se perdem no conflito, que esquecem que o bem mais precioso são as crianças. Não cremos, no entanto, que este fenómeno tenha sexo, idade ou classe social, como nos faz crer a SAP, é antes transversal, emergindo de um conflito cada vez mais comum. Mas não se trata de uma síndrome médica, sendo, antes uma disfunção da adaptação relacional e não um problema patológico²⁰⁶. Os tribunais de família precisam de descobrir um método científico e sofisticado, que lhes permita apreender e analisar os inúmeros e casuísticos factores por de trás da recusa da criança ao contacto com um progenitor. É preciso não confiar numa solução simplista e facilitista, pois que a determinação da custódia não o é de forma alguma.

É necessário pôr em evidência que o fim da relação conjugal não pode significar simultaneamente o fim da relação parental, a primeira não pode ser pretexto para a ruptura da

²⁰⁵ BAREA, Maria José Blanco, *ob.cit.*, pág.146;

²⁰⁶ VACCARO, Sonia e PAYUETA, Consuelo Barea, *ob. cit.*; pág. 66;

segunda²⁰⁷. Neste sentido é importante referir a consagração legal do direito da criança à preservação das suas ligações psicológicas profundas, nomeadamente no que concerne à continuidade das relações afectivas estruturantes²⁰⁸. No entanto, tal não pode ocorrer com sacrifícios para o superior interesse da criança. A tarefa essencial do tribunal, e que só por este poderá ser desempenhada, será a de distinguir entre as situações, em que as crianças recusam um progenitor porque foram inapropriadamente manipulados pelo outro e aquelas, em que as crianças recorrem a essa recusa como mecanismo de defesa e em que as suas críticas são legitimadas pela própria atuação do progenitor em causa. Deve salientar-se que, na pequena percentagem de casos em que se verificar uma injustificada recusa da criança ao convívio com um dos progenitores, o objectivo do tribunal deve, apenas, ser o de salvaguardar a relação da criança com o progenitor que esta recusa e não pôr em causa a sua relação com o progenitor preferido.

Por tudo o que expusemos, consideramos que, de forma alguma deve haver lugar aos tratamentos pré-históricos propostos pela SAP. Não há evidência de que a coação legal possa criar amor ou respeito e que o tratamento imposto pela SAP não permite distinguir entre mudanças genuínas nos afectos e aquelas simuladas em virtude do instinto de sobrevivência. Parece-nos que a solução não passa por forçar a criança a um convívio e a uma relação que não deseja. É antes necessário investir na terapia familiar, procurando perceber quais as verdadeiras razões na base da recusa da criança. Não é suficiente exigir à criança que mude, que percepcione de forma diferente sob uma constante ameaça. Mais do que isso é necessário investir na capacidade do progenitor recusado, é necessário não desistir da criança. Não podemos deixar de ter em conta que as crianças são resilientes e não são facilmente sujeitas a uma lavagem cerebral. Mais, os estudos demonstram que a maioria dos sentimentos de recusa da criança, quando verdadeiramente injustificados, são meramente transitórios, e é a própria criança que, consciente da injustiça do seu comportamento, tende a procurar o progenitor que afastou, emendando a situação.

Concluimos que a SAP não é uma verdadeira entidade médica nem clínica. Do que se trata é da (deficiente) observação de uma disfunção familiar num contexto legal. A SAP nada mais é do que um constructo de natureza argumental, elaborado sobre falácias, criadas através de falsas analogias e de um pensamento circular. O maior paradoxo da SAP é que ela

²⁰⁷ Exposição de motivos do Projecto de Lei n.º 509/X, *Alterações ao Regime Jurídico do Divórcio*, elaborada pelos Deputados do Partido Socialista, em 10 de Abril de 2008, pág. 8;

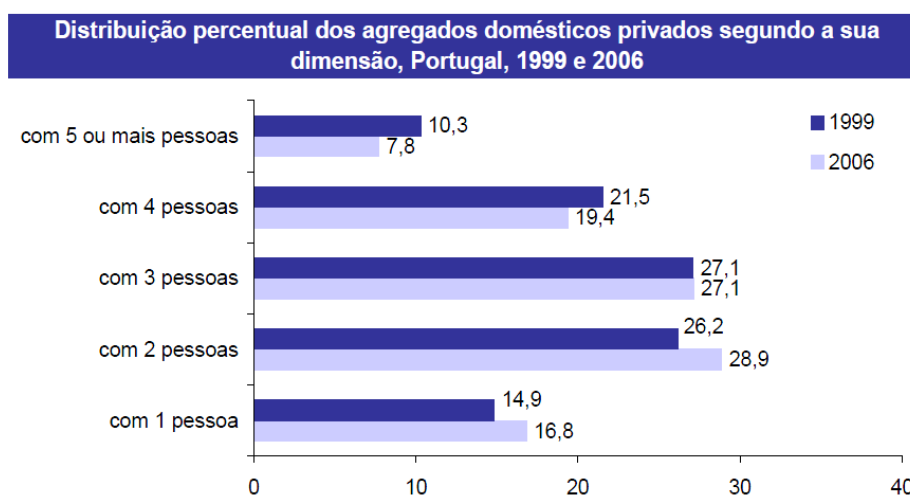
²⁰⁸ AA.VV., *O Superior Interesse da Criança na perspectiva do respeito pelos seus direitos*, Instituto de Apoio à Criança, Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância, 1ª edição, Lisboa, 2008; pág. 3;

própria cria condições para a alegação de uma segunda SAP, agora contra o progenitor acusado como alienador, mas desta vez legalizado e tutelado por um “especialista” em SAP²⁰⁹.

²⁰⁹ ESCUDERO, Antonio, *et. al., ob. cit.* pág. 57;

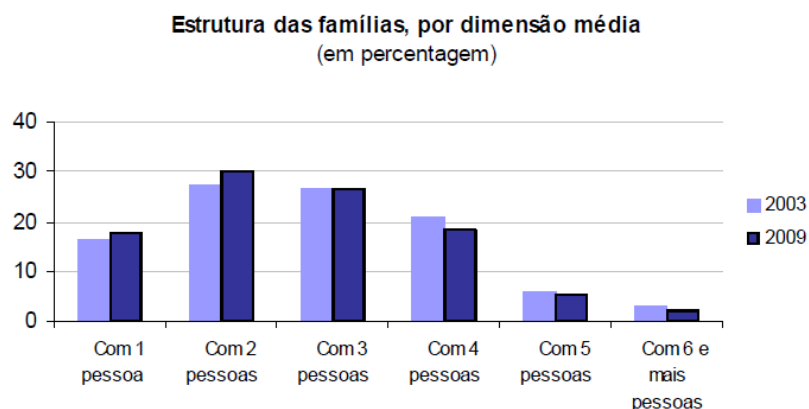
ANEXOS

Anexo 1 – Gráficos demonstrativos da evolução dos agregados domésticos privados em Portugal, de acordo com a sua dimensão entre 1999 e 2006, e entre 2003 e 2009



Fonte: INE - *Dia Internacional da Família*, 2007, acessado em:

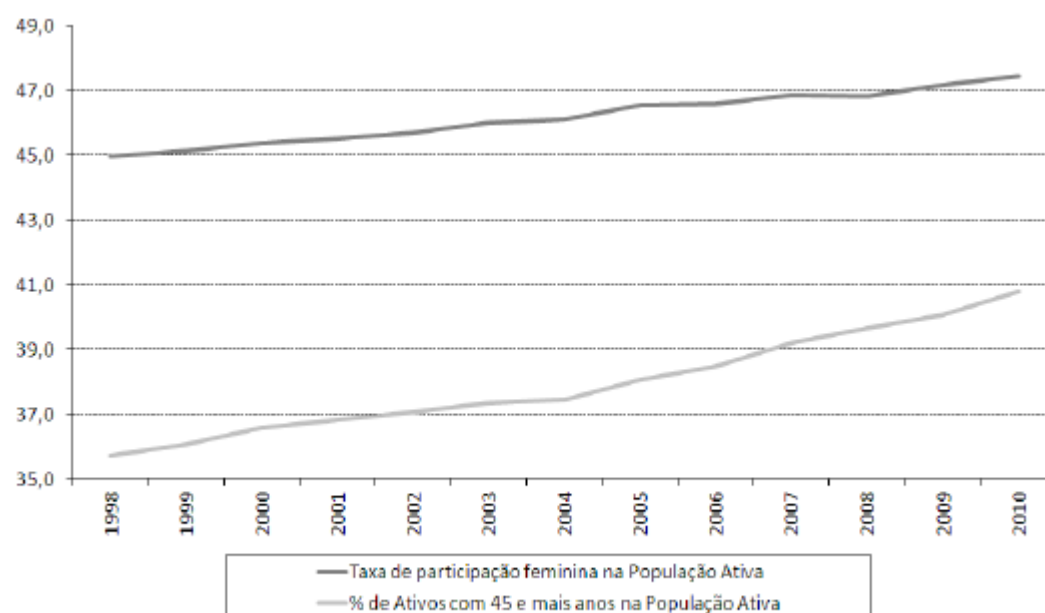
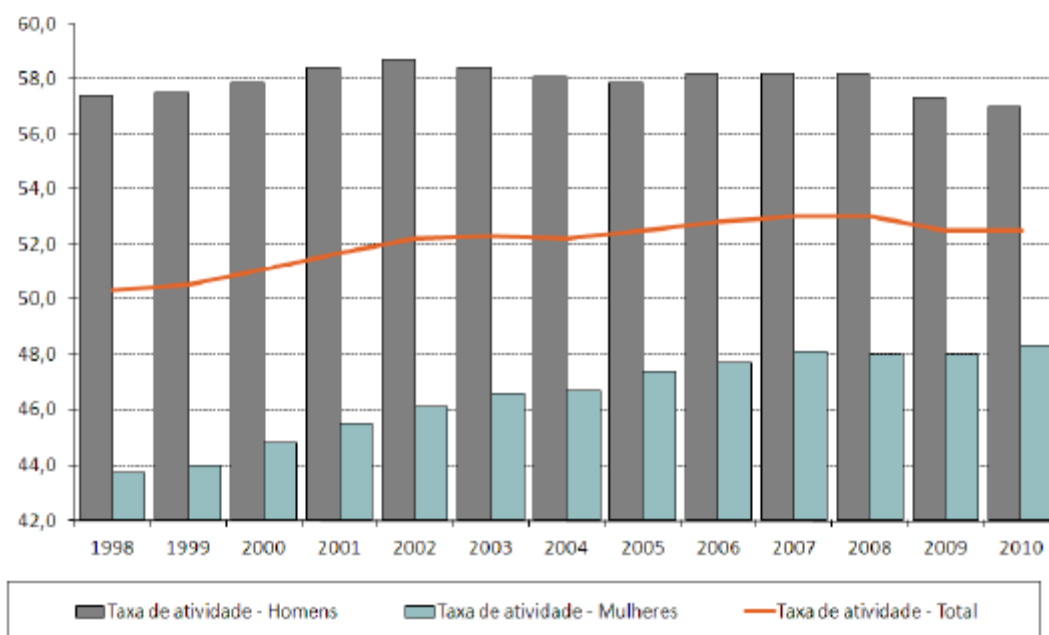
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=551850; consulta a 9/1/2012;0&DESTAQUESmodo=2; consulta a 9/1/2012;



Fonte: INE - *Indicadores sociais - 2009*, 2010, acessado em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=83386953&DESTAQUESmodo=2; consulta a 9/1/2012;

Anexo 2 – Gráficos demonstrativo da evolução da Taxa de atividade entre 1998 e 2010, de acordo com o sexo da população portuguesa



Fonte: AA.VV, *Anuário Estatístico de Portugal 2010*, INE, 2011, publicado a 23 de Janeiro de 2012, disponível em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107965716&DESTAQUESmodo=2: consulta a 20/2/2012:

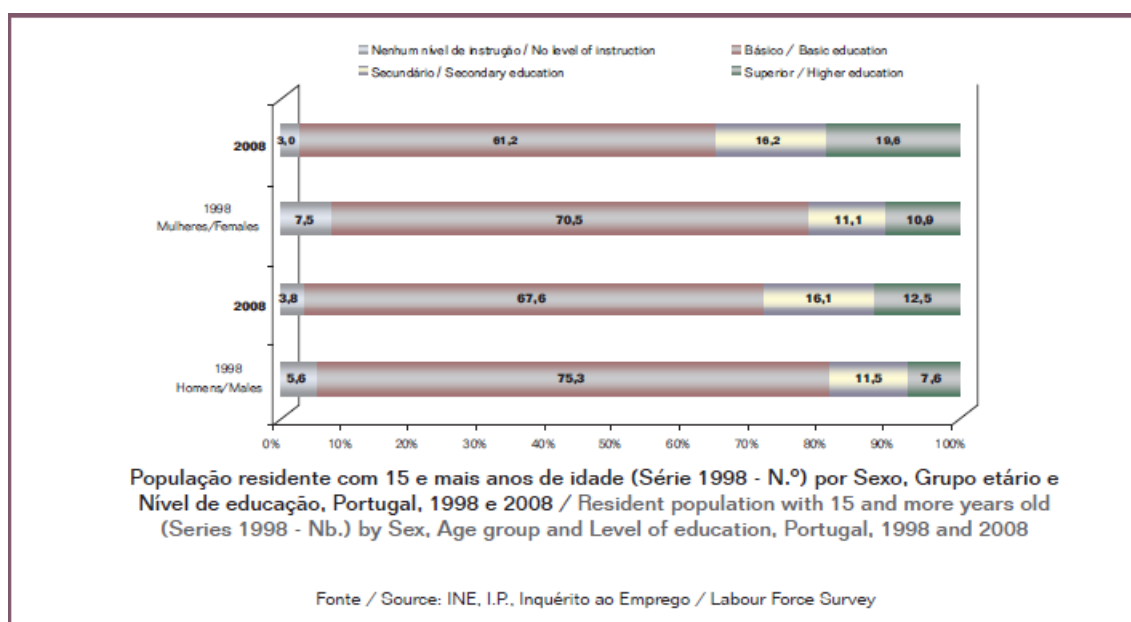
Anexo 3 – Quadro de resultados da Taxa de atividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo

3. Taxa de atividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo										
Portugal	Sexo	Valor trimestral				Valor anual	C.V.	Variação trimestral		
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	4ºT-2011	2011	4ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	4ºT-2011
		%						p.p.		
Taxa de atividade	HM	52,2	52,3	52,1	51,7	52,1	0,4	0,1	-0,2	-0,4
	H	57,2	57,2	57,3	56,7	57,1	0,5	-0,1	0,1	-0,6
	M	47,5	47,8	47,1	47,0	47,4	0,6	0,3	-0,7	-0,1
Taxa de atividade	HM	61,5	61,6	61,3	60,9	61,3	0,4	0,1	-0,3	-0,4
(15 e mais anos)	H	68,1	68,1	68,2	67,4	68,0	0,5	-0,1	0,1	-0,8
	M	55,4	55,7	55,0	54,8	55,2	0,6	0,3	-0,7	-0,2
Dos 15 aos 24 anos	HM	38,7	37,3	40,4	38,9	38,8	2,2	-1,3	3,1	-1,5
	H	40,7	39,5	42,9	41,5	41,1	2,8	-1,2	3,4	-1,4
	M	36,6	35,1	37,8	36,2	36,4	3,2	-1,5	2,7	-1,6
Dos 25 aos 34 anos	HM	90,4	91,1	90,5	90,6	90,6	0,6	0,7	-0,6	0,1
	H	92,3	92,6	93,0	91,7	92,4	0,8	0,4	0,4	-1,3
	M	88,4	89,5	88,0	89,4	88,8	0,9	1,1	-1,5	1,4
Dos 35 aos 44 anos	HM	91,1	91,6	90,3	90,3	90,8	0,6	0,5	-1,3	-
	H	94,9	95,0	94,0	93,8	94,4	0,6	0,1	-1,0	-0,2
	M	87,3	88,3	86,7	86,7	87,3	1,0	1,0	-1,6	-
Dos 45 aos 64 anos	HM	70,3	70,3	69,6	69,1	69,8	0,7	0,0	-0,7	-0,5
	H	77,8	77,4	77,1	76,4	77,2	0,8	-0,4	-0,3	-0,7
	M	63,4	63,7	62,7	62,4	63,0	1,1	0,3	-1,0	-0,3
Com 65 e mais anos	HM	14,5	15,1	14,5	14,1	14,6	3,3	0,6	-0,6	-0,4
	H	21,8	22,6	22,2	21,7	22,1	3,5	0,8	-0,4	-0,5
	M	9,3	9,7	9,0	8,7	9,2	5,4	0,4	-0,7	-0,3
Dos 15 aos 64 anos	HM	74,3	74,3	74,2	73,7	74,1	0,4	0,1	-0,1	-0,5
	H	78,7	78,5	78,8	78,0	78,5	0,5	-0,2	0,3	-0,8
	M	69,9	70,3	69,6	69,5	69,8	0,6	0,3	-0,7	-0,1
Nível de escolaridade completo										
(15 e mais anos)										
Até ao básico - 3º ciclo	HM	54,6	54,6	54,3	53,3	54,2	0,7	-0,1	-0,3	-1,0
	H	63,8	64,0	63,9	62,7	63,6	0,7	0,2	-0,1	-1,2
	M	45,9	45,5	45,0	44,3	45,2	1,1	-0,4	-0,5	-0,7
Secundário e pós-secundário	HM	73,1	74,0	73,7	74,2	73,8	0,9	0,9	-0,3	0,5
	H	74,8	75,0	76,0	75,9	75,4	1,3	0,2	1,0	-0,1
	M	71,4	73,1	71,6	72,7	72,2	1,3	1,6	-1,5	1,1
Superior	HM	84,4	84,0	81,5	81,9	82,9	0,9	-0,4	-2,5	0,4
	H	86,0	84,2	82,6	83,1	83,9	1,3	-1,8	-1,6	0,5
	M	83,3	83,9	80,7	81,1	82,2	1,1	0,5	-3,2	0,4

Fonte: AA. VV, *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2011*, INE, 2011, disponível em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_bo ui=135262110&PUBLICACOESmodo=2; consulta a 20/2/2012;

Anexo 4 – Estatísticas sobre as mulheres no ensino secundário

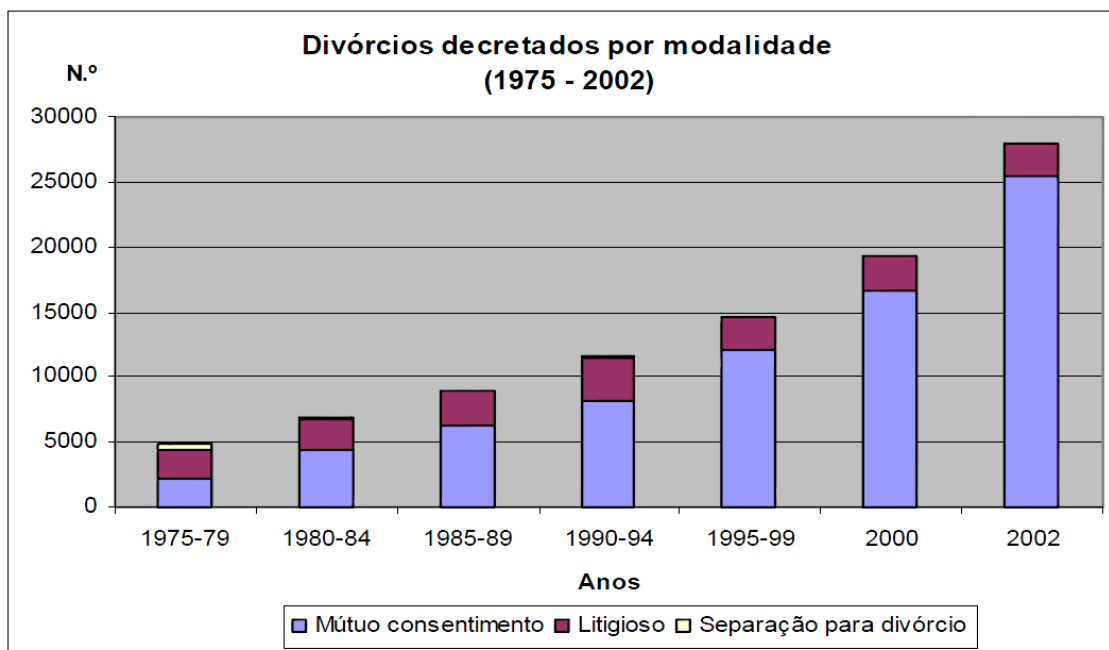


Fonte: AA.VV, *Homens e Mulheres em Portugal – 2010*, Instituto Nacional de Estatística, 2010, acedido em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=87769374&PUBLICACOESmodo=2; consulta a 20/2/2012; pág. 19;

Comentário: A proporção de mulheres com 15 e mais anos possuidoras de um nível superior de educação aumentou 8,7 pontos percentuais, em dez anos, crescimento que quase duplicou o dos homens. Actualmente assiste-se a uma verdadeira inversão das tradicionais estatísticas, em que os homens eram os mais escolarizados. Segundo o Prof. ANTÓNIO BARRETO (ob. cit. pág. 10) a população estudantil universitária é maioritariamente feminina (cerca de 56%) e são as mulheres que anualmente obtêm a maior parte dos diplomas universitários. No ano lectivo de 2009/2010 cerca de 60% dos diplomas no ensino superior foram atribuídos a mulheres – AA.VV, *Indicadores Sociais 2010 - Principais Resultados*, Instituto Nacional de Estatística, 2011, acedido em:

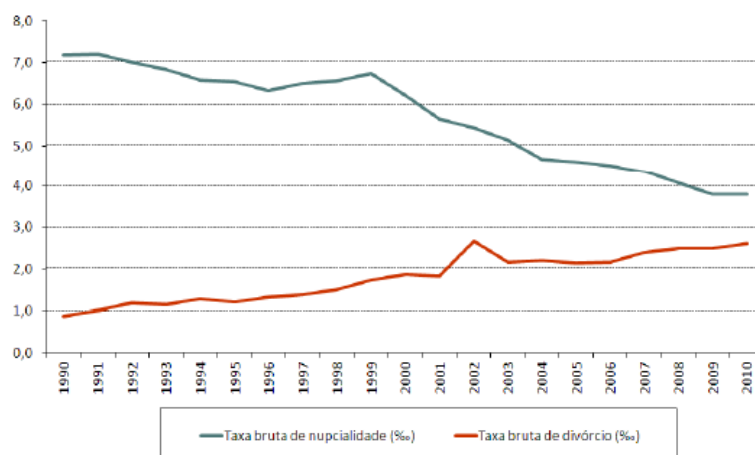
Anexo 5 – Gráfico demonstrativo da evolução do divórcio em Portugal, de acordo com a modalidade do mesmo, entre 1975 e 2002



Fonte: INE - *Estatísticas Demográficas – Divorcialidade*, 2003, acedido em:

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=95943&att_display=n&att_download=y;
consulta a 9/1/2012;

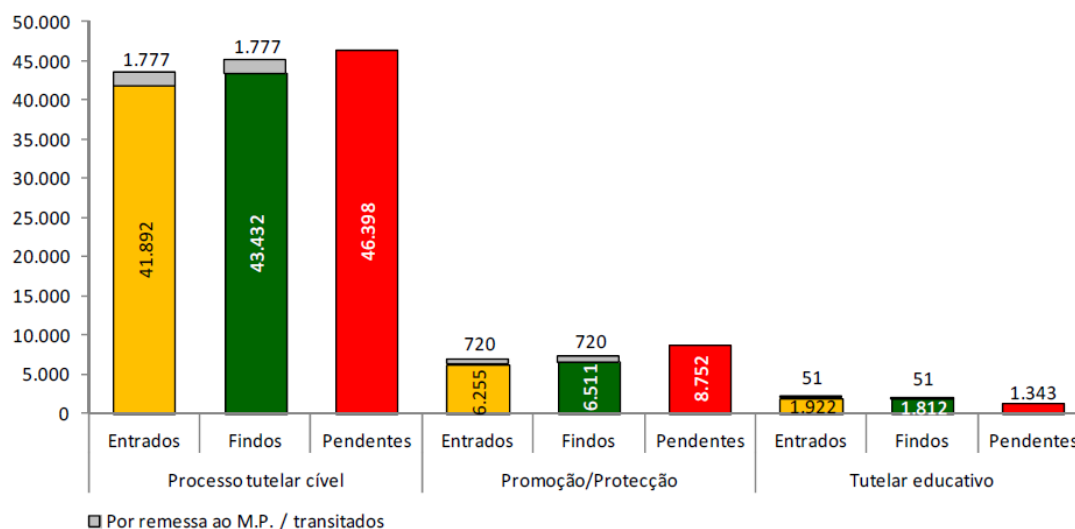
Anexo 6 – Gráfico comparativo das Taxas de Nupcialidade e de Divórcio entre 1990 e 2010



Fonte: AA.VV, *Anuário Estatístico de Portugal 2010*, INE, 2011, publicado a 23 de Janeiro de 2012, disponível em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107965716&DESTAQUESmodo=2; consulta a 20/2/2012:

Anexo 7 – Gráfico demonstrativo do movimento dos processos tutelares nos tribunais judiciais de 1ª Instância, segundo a espécie durante o ano de 2010



Fonte: AAVV – Ministério da Justiça, Edição da Direcção-Geral da Política de Justiça, *Os números da justiça 2010 – Principais indicadores das Estatísticas da Justiça - Estatísticas Demográficas – Divorcialidade*, 2011, acedido em:

http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica_1/downloadFile/attachedFile_f0/Os_numeros_da_Justica_2010.pdf; consulta a 12/1/2012;

Comentário: De acordo com as referidas estatísticas é de salientar que “no que diz respeito aos processos tutelares, isto é, os processos relacionados com menores, torna-se evidente que a maioria dos processos entrados, findos e pendentes são processos tutelares cíveis, isto é, que têm por objecto, por exemplo, a regulação do poder paternal ou a fixação de alimentos”

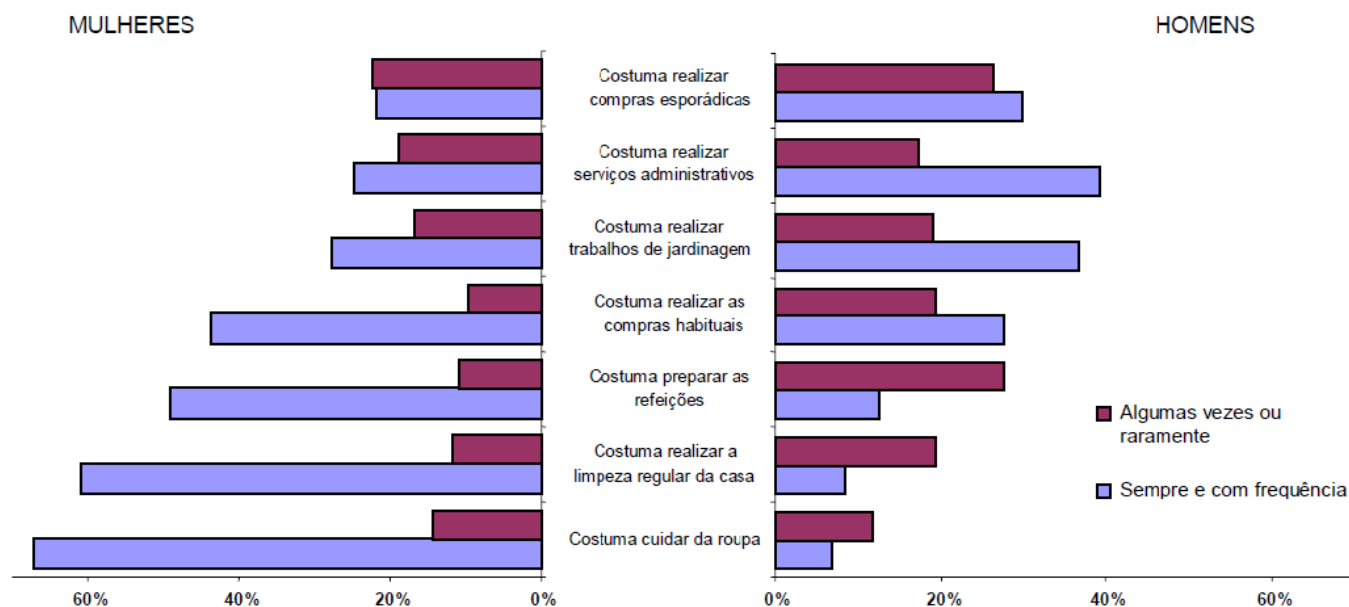
Anexo 8 – Tabela relativa aos Processos Tutelares Cíveis nos Tribunais Judiciais de 1ª Instância, entre 1992 e 1994

	PENDENTES 1 JANEIRO	N.I.*	ENTRADOS	N.I	FINDOS	N.I
1992	16036	100,0	17743	100,0	17560	100,0
1993	15362	95,8	18264	102,9	17205	98,0
1994	15684	102,1	20967	114,8	19986	116,2
1995	16182	103,2	20685	98,7	19515	97,6
1996	17386	107,4	20454	98,9	18968	97,2
1997	19227	110,6	21237	103,8	19927	105,1
1998	20615	107,2	22153	104,3	20540	103,1
1999	22046	106,9	21183	95,6	19969	97,2
2000	22076	100,1	23607	111,4	22083	110,6
2001	22463	101,8	24249	102,7	23520	106,5
2002	22908	102,0	24652	101,7	23657	100,6
2003	23946	104,5	28492	115,6	23576	99,7
2004	28741	120,0	29441	103,3	25271	107,2

Fonte: BRANCO, Eliana Patrício e PEDROSO, João, *Fragilidades e potencialidades do sistema de acesso ao direito e à justiça da família e dos menores: um estudo de caso (o MP e a promoção dos direitos das crianças)*, In VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, 25 a 28 de Junho de 2008;

Anexo 9 - Gráfico relativo à divisão das tarefas domésticas, tendo em conta o sexo e frequência

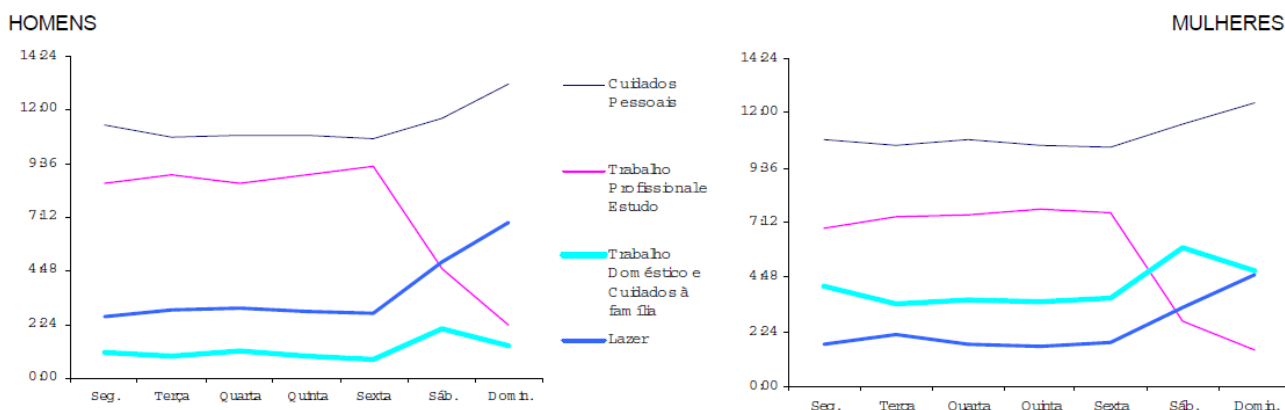
Frequência de realização de tarefas domésticas, pela população empregada



Fonte: AA,VV, *Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999*, INE, 2000, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74331&DESTAQUESmodo=2; consulta a 23/1/2012; pág. 6;

Anexo 10 - Gráficos demonstrativos da duração média diária das atividades da população empregada de acordo com o sexo

Duração média diária das actividades da população empregada



Fonte: AA,VV, *Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999*, INE, 2000, disponível em:

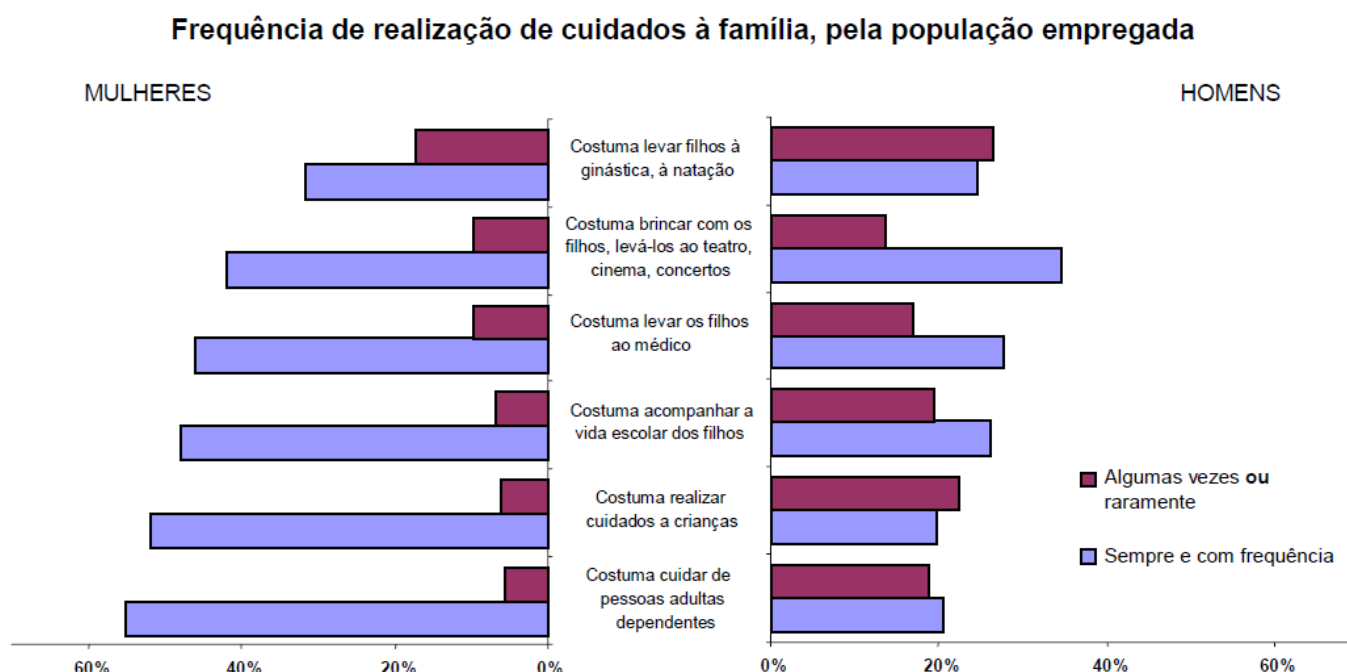
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74331&DESTAQUESmodo=2; consulta a 23/1/2012; pág. 4;

Legenda: Um quinto das 24 horas do dia (cerca de 5 horas) é passado, em média, pelas mulheres a tratar da casa e dos filhos; os homens, embora também contribuindo para a rotina familiar, fazem-no de uma forma bem mais modesta - em média, apenas duas horas;

Por outro lado, verifica-se que, no que respeita aos trabalhos domésticos, o homem activo apenas despende com eles uma hora diária, enquanto que a mulher activa regista, uma duração de quatro horas; assim, em acréscimo a um horário laboral médio de sete horas e meia diárias, a mulher activa tem ainda uma jornada doméstica de 4 horas adicionais.

Se estes são valores médios para a semana, verifica-se que ao fim de semana o trabalho profissional é em parte substituído por trabalhos domésticos. Regista-se uma diferença de quase 2 horas na jornada de trabalho profissional / trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres, valor que sobe ainda mais ao domingo, fixando-se em 2 horas e 49 minutos em desfavor da população feminina.

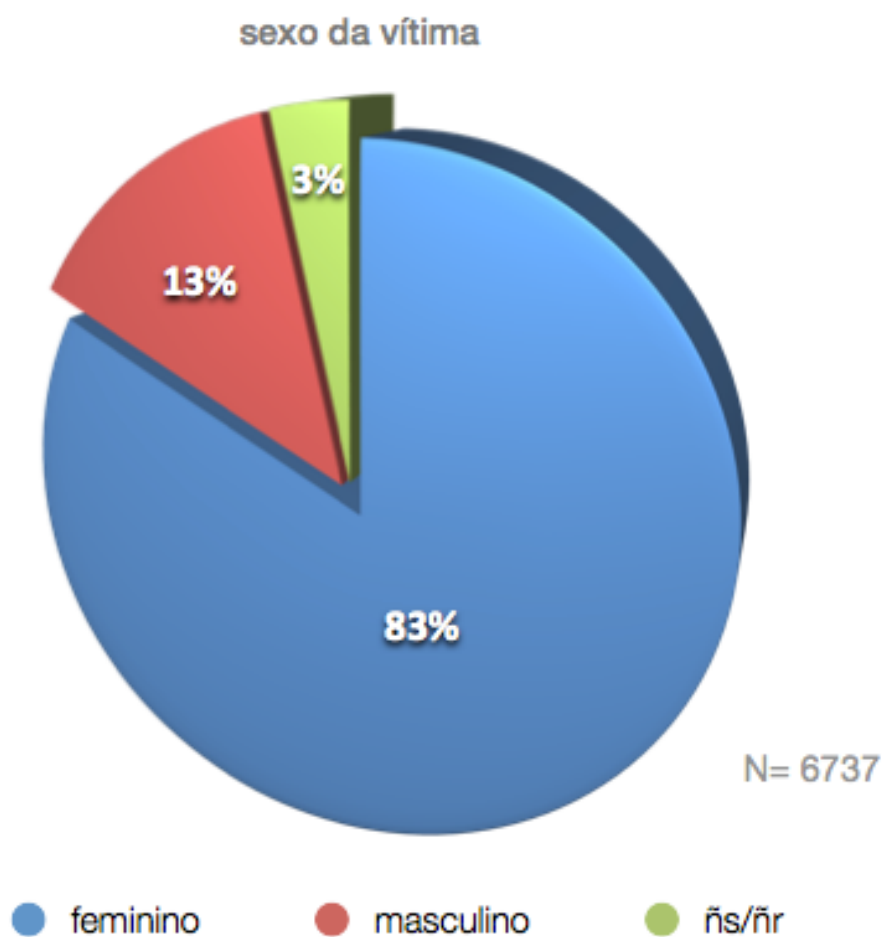
Anexo 11 - Gráficos demonstrativos da frequência de realização de cuidados às crianças e adultos dependentes pela população empregada de acordo com o sexo



Fonte: AA,VV, *Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999*, INE, 2000, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74331&DESTAQUESmodo=2; consulta a 23/1/2012; pág. 6;

Legenda: Também nos cuidados às crianças e adultos dependentes o papel da mulher é fundamental, nomeadamente nos *cuidados às crianças* e no *acompanhamento da vida escolar*. Em qualquer destas categorias, a proporção de mulheres, que realiza estas atividades “sempre” e “com frequência” é no primeiro caso, quase tripla da dos homens e no que respeita ao acompanhamento da vida escolar é dupla. A participação dos homens com a frequência atrás referida é maior nas atividades relacionadas com “*levar os filhos ao médico*” e “*brincar, levar ao cinema, teatro, concertos, etc.*”

Anexo 12 – Gráfico demonstrativo do fenómeno da violência doméstica de acordo com o sexo e a idade da vítima



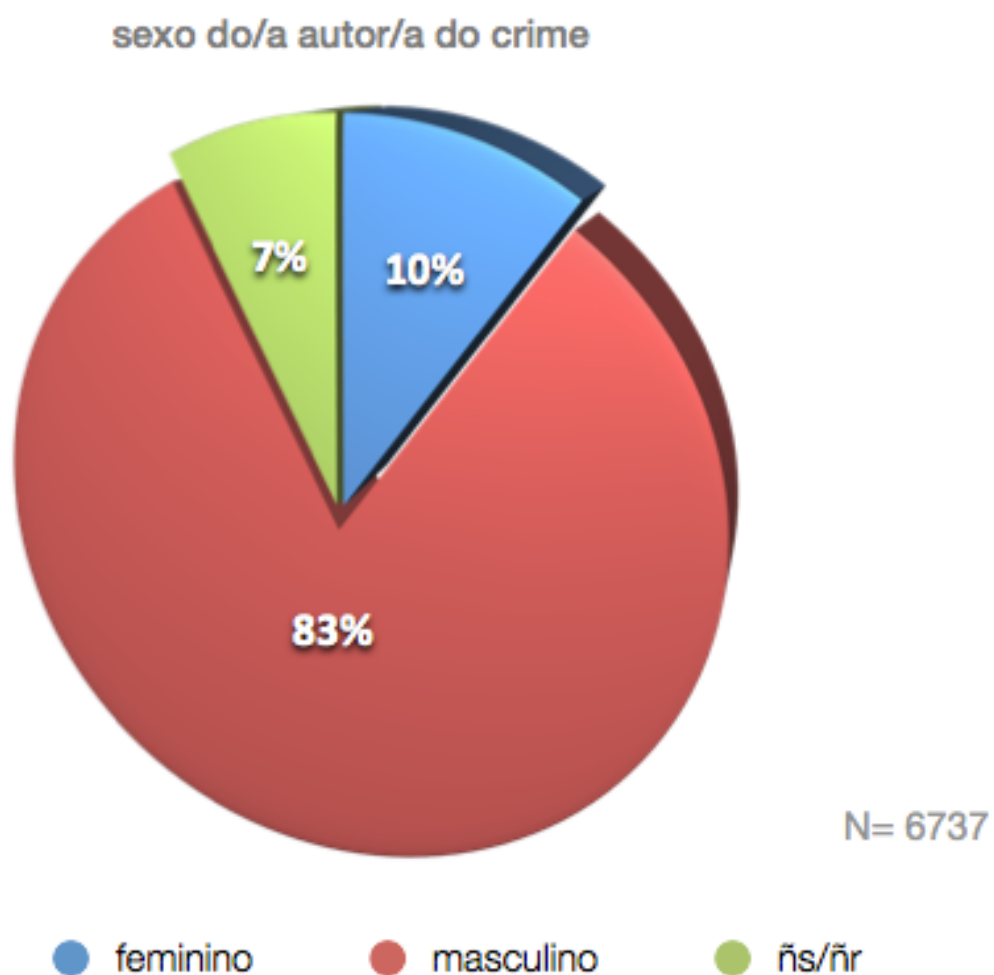
idade da vítima	N	%
0-3 anos	88	1.3
4-5 anos	70	1
6-10 anos	179	2.7
11-17 anos	253	3.8
18-24 anos	370	5.5
25-30 anos	422	6.3
31-34 anos	331	4.9
35-40 anos	567	8.4
41-44 anos	338	5
45-50 anos	459	6.8
51-54 anos	217	3.2
55-60 anos	298	4.4
61-64 anos	134	2
65 + anos	560	8.3
ñs/ñr	2451	36.4
Total	6737	100

Fonte: AA.VV, *Estatísticas APAV – violência doméstica 2011*, APAV, Fevereiro de 2012, disponível em:

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98;
consulta a 8/3/2012; pág. 1;

Comentário: No ano de 2011, a APAV registou um total de 15 724 factos criminosos que se reflectiram em 6 737 processos de apoio relativos à problemática de violência doméstica. As vítimas de violência doméstica eram, em 83% das situações assinaladas, do sexo feminino. Em termos etários, estas utentes situavam-se na faixa dos entre os 35 e os 40 anos (8.4%) e mais de 65 anos (8,3%). O número de vítimas de violência doméstica do sexo masculino aumentou 56% (de 579 para 904) face a 2010.

Anexo 13 - Gráfico demonstrativo do fenómeno da violência doméstica de acordo com o sexo e a idade do autor do crime



idade autor/a do crime	N	%
0-10 anos	3	0.0
11-17 anos	39	0.6
18-24 anos	207	3.1
25-30 anos	262	3.9
31-34 anos	249	3.7
35-40 anos	532	7.9
41-44 anos	301	4.5
45-50 anos	389	5.8
51-54 anos	175	2.6
55-60 anos	211	3.1
61-64 anos	100	1.5
65 + anos	244	3.6
ñs/ñr	4025	59.7
Total	6737	100

Fonte: AA.VV, *Estatísticas APAV – violência doméstica 2011*, APAV, Fevereiro de 2012, disponível em: http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98; consulta a 8/3/2012; pág. 2;

Comentário: O autor do crime foi, em 83% dos processos de apoio, do sexo masculino. No que se refere à idade, os autores de crime situaram-se predominantemente na faixa entre os 35 e os 40 anos (7,9%);

Anexo 14 – Tabela ilustrativa dos tipos de relações que se estabelecem entre autor e vítima do crime de violência doméstica

Relação vítima/autor do crime	N	%
a vítima é avô/avó	37	0.5
a vítima é filho/filha	788	11.7
a vítima é genro/nora	11	0.2
a vítima é neto/neta	15	0.2
a vítima é padrasto/madrasta	11	0.2
a vítima é pai/mãe	580	8.6
a vítima é prestador de serviços/fornecedor	1	0
a vítima é sogro/sogra	25	0.4
a vítima é trabalhador de entidade patronal	2	0
amigo/amiga	5	0
colega de trabalho	1	0
companheiro/a	935	13.9
conhecido/a	18	0.3
cônjuge	2420	35.9
ex-companheiro/a	482	7.2
ex-cônjuge	410	6.1
ex-namorado/a	166	2.5
irmão/irmã	86	1.3
namorado/a	114	1.7
nenhuma (autor identificável pela vítima)	13	0.2
nenhuma (autor não identificável pela vítima)	309	4.6
outra	81	1.2
outro familiar	76	1.1
vizinho/a	8	0.1
ñs/ñr	143	2.1
Total	6737	100

Fonte: AA.VV, *Estatísticas APAV – violência doméstica 2011*, APAV, Fevereiro de 2012, disponível em:

http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98; consulta a 8/3/2012; pág. 3;

Comentário: A relação mais vezes assinalada entre vítima e autor do crime foi a de cônjuge (35,9%), seguida da de companheiro/a (13,9%);

Anexo 15 – Tabela demonstrativa das percentagens dos diferentes tipos de crime passíveis de serem integrados na tipologia do crime de violência doméstica

Violência doméstica: sentido lato	N	%
abuso sexual de crianças	48	0.3
abuso sexual de menor dependente	8	0.1
abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	11	0.1
coacção sexual	106	0.7
violação	108	0.7
devassa da vida privada	124	0.8
dano	247	1.6
furto/roubo	202	1.3
violação de domicílio	707	4.5
violação da obrigação de alimentos	102	0.6
violação de correspondência	544	3.5
homicídio tentado	82	0.5
homicídio consumado	6	0
subtracção de menor	69	0.4
outros crimes em sentido lato	231	1.5
Total parcial	2595	16.5
Violência doméstica: sentido estrito		
ameaça/coacção	2403	15.3
injúrias/difamação	786	5
maus tratos físicos	4421	28.1
maus tratos psíquicos	5231	33.3
natureza sexual	136	0.9
outros crimes em sentido estrito	152	1
Total parcial	13129	83,5
Total	15724	100

Fonte: AA.VV, *Estatísticas APAV – violência doméstica 2011*, APAV, Fevereiro de 2012, disponível em: http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98; consulta a 8/3/2012; pág. 5;

Comentário: A APAV distingue o crime de violência doméstica em:

❖ sentido estrito: actos criminais enquadráveis no art. 152º - maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça; coacção; injúrias; difamação e crimes de natureza sexual; •

❖ sentido lato: que inclui outros crimes em contexto doméstico - violação de domicílio ou perturbação da vida privada; devassa da vida privada; violação de correspondência ou de telecomunicações; violência sexual; subtracção de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio tentado/consumado; dano; furto e roubo.

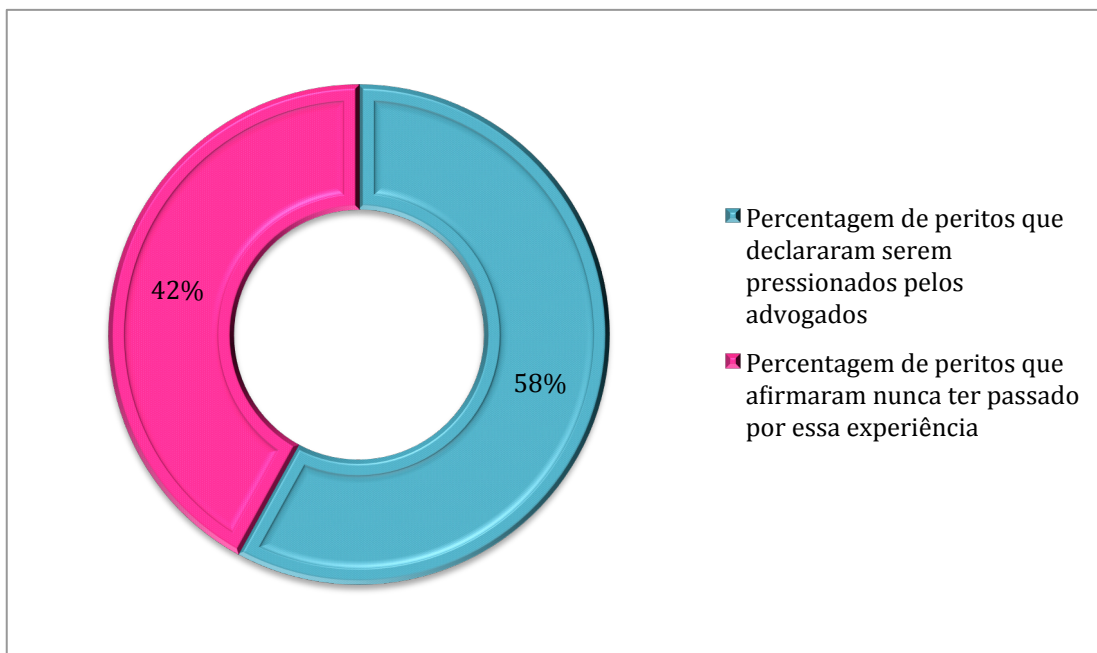
Anexo 16 – Processos crime na fase de julgamento findos, arguidos e condenados, segundo as penas e medidas aplicadas para os crimes contra as pessoas

2002

Processos, duração média, arguidos e condenados <i>Cases, average duration, defendants and those convicted</i>	Processos <i>Cases</i>	Duração média (meses) <i>Average duration in months</i>	Arguidos <i>Defen- dants</i>	Conde- nados <i>Those convicted</i>	Multa <i>Fine</i>	Prisão <i>Prison</i>
Crimes - Crimes						
Portugal	91 352	13	97 595	61 850	44 072	16 467
Crimes previstos no Código Penal - <i>Crime specified in Penal Code</i>	61 258	11	65 932	40 380	28 253	11 628
Crimes contra as pessoas - <i>Crimes committed against people</i>	21 827	13	23 842	8 973	6 470	2 264
Crimes contra a integridade física - <i>Crimes committed against physical integrity</i>	14 083	14	15 488	5 588	4 364	1 044
Ofensas à integridade física simples e privilegiada - <i>Common or privileged assault</i>	12 153	14	13 461	4 648	4 023	451
Ofensa à integridade física grave, agravada e qualificada - <i>Aggravated assault</i>	456	16	522	338	131	204
Maus tratos de menor, pessoa indefesa, cônjuge ou análogo e infracção de regras de segurança <i>Mistreatment, exploitation of minors, dependents or spouse</i>	571	8	579	295	...	294
Ofensas à integridade física por negligência e outros crimes contra a integridade física <i>Corporal offense through neglect</i>	903	17	921	307	209	95

Fonte: AA.VV, *Anuário Estatístico de Portugal – 2003*, Instituto Nacional de Estatísticas, 2004,
disponível em: www.ine.pt; consulta a: 8/3/2012;

Anexo 17 – Gráfico demonstrativo dos resultados obtidos num estudo sobre a prova pericial em Tribunal



Fonte: Estudo conduzido pela firma Bond Solomon, em Novembro de 2002, citado em AA.VV, *Forensic Science on Trial - Seventh Report of Session 2004–05*, House of Commons Science and Technology Committee, 16 de Março de 2005, disponível em: <http://www.secuestro-emocional.org/Doc/necesidadProtocoloAdmisibilidad-Daubert.pdf>, consulta a 2/3/2012; pág. 66;

Comentário: 58% dos peritos entrevistados afirmaram que os advogados que os contrataram não os encorajavam a prestar um depoimento verdadeiramente independente e imparcial, devendo estes adoptar as suas convicções às pretensões da parte que os tinha contratado por intermédio do advogado;

**Anexo 18 – Quadro elaborado por Gardner e que descreve os diferentes
estádios da SAP**

		MILD	MODERATE	SEVERE
PRIMARY SYMPTOMATIC MANIFESTATIONS	The Campaign of Denigration	Minimal	Moderate	Formidable
	Weak, Frivolous, or Absurd Rationalizations for the Deprecation	Minimal	Moderate	Multiple absurd rationalizations
	Lack of Ambivalence	Normal Ambivalence	No ambivalence	No ambivalence
	The Independent-Thinker Phenomenon	Usually absent	Present	Present
	Reflexive Support of the Alienating Parent in the Parental Conflict	Minimal	Present	Present
	Absence of Guilt	Normal guilt	Minimal to no guilt	No guilt
	Borrowed Scenarios	Minimal	Present	Present
	Spread of the Animosity to the Extended Family and Friends of the Alienated Parent	Minimal	Present	Formidable, often fanatic
ADDITIONAL DIFFERENTIAL DIAGNOSTIC CONSIDERATIONS	Transitional Difficulties at the Time of Visitation	Usually Absent	Moderate	Formidable, or visit not possible
	Behavior During Visitation	Good	Intermittently antagonistic and provocative	No visit, or destructive and continually provocative behavior throughout visit
	Bonding with the Alienator	Strong, healthy	Strong, mildly to moderately pathological	Severely pathological, often paranoid bonding
	Bonding with the Alienated Parent Prior to the Alienation	Strong, healthy, or minimally pathological	Strong, healthy, or minimally pathological	Strong, healthy, or minimally pathological

Table 1

Fonte: GARDNER, Richard, *Should Courts Order PAS Children to Visit/Reside with the Alienated Parent? A Follow-up Study*, 2001, acedido em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01a.htm>; consulta a 9/11/2011; pág. 2;

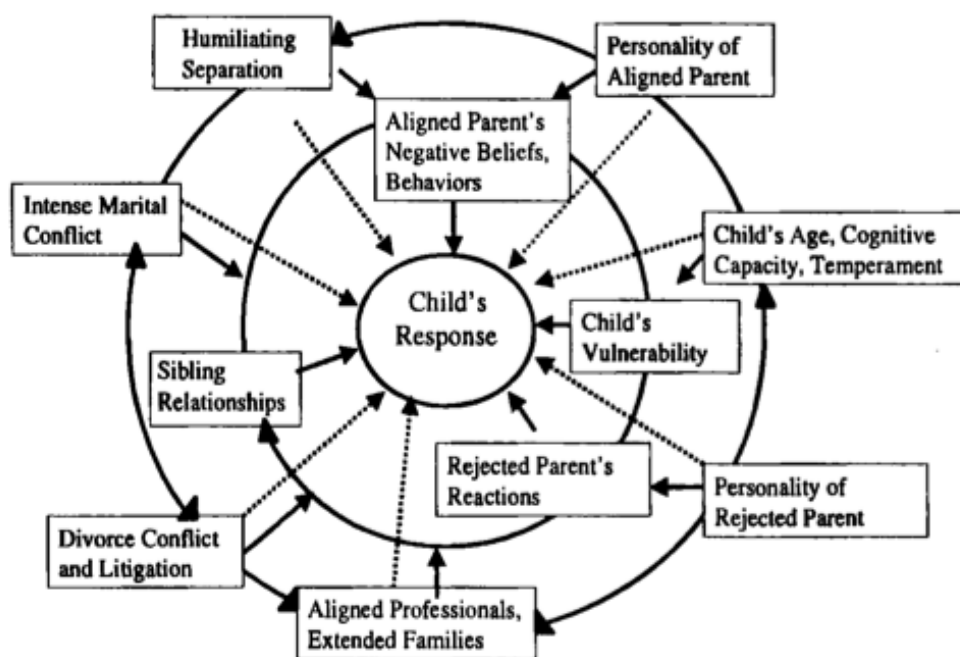
**Anexo 19 – Quadro elaborado por Gardner e que descreve os diferentes
“tratamentos” de acordo com os diferentes estádios da SAP**

	MILD	MODERATE	SEVERE
Legal Approaches	Court ruling that primary custody shall remain with the alienating parent	<p>Plan A (Most Common)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Court ruling that primary custody shall remain with the alienating parent 2. Court appointment of PAS therapist¹ 3. Sanctions: <ol style="list-style-type: none"> a. Post a Bond b. Fines c. Community Service d. Probation e. House arrest f. Incarceration <p>Plan B (Occasionally necessary)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Court ruling that primary custody shall be transferred to the alienated parent 2. Court appointment of PAS therapist¹ 3. Extremely restricted visitation by the alienating parent, monitored to prevent indoctrinations 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Court ruling that primary custody shall be transferred to the alienated parent 1. Court-ordered transitional site program
Psychotherapeutic Approaches	None usually necessary	<p>Plans A and B</p> <p>Treatment by a court-appointed PAS Therapist¹</p>	Transitional site program monitored by court-appointed PAS therapist ¹

Table 2

Fonte: GARDNER, Richard, *Should Courts Order PAS Children to Visit/Reside with the Alienated Parent?* A Follow-up Study, 2001, acessado em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01a.htm>; consulta a 9/11/2011; pág. 3;

Anexo 20 – Esquema demonstrativo dos vários factores que poderão explicar a recusa da criança alienada ao contacto com um dos progenitores, segundo Kelly e Johnston



Fonte: KELLY, John B. and JOHNSTON, Janet R., *The alienated child: a reformulation of PAS*, 2001, acessado em: <http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>; consulta a 20/1/2012; pág.

255;

Anexo 21 – Base II da Declaração dos Direitos da Criança

“A criança deve beneficiar de uma proteção especial e ver-se rodeada de possibilidades concedidas pela Lei e por outros meios, a fim de se poder desenvolver de uma maneira sã e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Na adopção de leis para este fim, o interesse superior da criança deve ser a consideração determinante.”

Fonte: Declaração dos Direitos da Criança, Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959.

BIBLIOGRAFIA

Monografias e outros estudos

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2008;
- CARVALHO, Filipa Daniela Ramos de, *A (síndrome de) alienação parental e o exercício das responsabilidades parentais: algumas considerações*, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011;
- LIMA, Pires de e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado- volume I (Artigos 1º a 761º)*, 4ª edição, Coimbra Editora, 2010;
- LÚCIO, Laborinho, *As crianças e os Direitos – o superior interesse da criança in Estudos em homenagem a Rui Epifânio*, coordenação de Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, [e] Paulo Guerra, Pág. 177 a 197 Almedina, Coimbra, 2010;
- MANATA, Celso, “...no superior interesse da criança”, *In Seminário Direitos das Crianças e intervenção, que competências?*, Centro Ismaili, Abril de 2008;
- MARTINS, Rosa, *Menoridade, (In)capacidade e cuidado parental*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;
- PARENTE, Carina e MANITA, Celina, *Tomada de decisão judicial na regulação do exercício das Responsabilidades Parentais – Estudo Exploratório sobre algumas variáveis que a podem influenciar*, Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho, 4 a 6 de Fevereiro de 2010;
- PAYUETA, Consuelo Barea, *Buenas prácticas antes el pretendido “síndrome de alienación parental”*, *In Conferência o Superior Interesse da Criança e o mito da "síndrome de alienação parental"*, Auditório do Montepio, Lisboa, 2011;
- POOLE, Debra A. e LAMB, Michael, *Investigative Interviews of Children: A Guide for Helping Professionals*, 1ª Edição, American Psychological Association, 1998;
- SANTOS, Boaventura de Sousa/ GOMES, Conceição/ FERNANDO, Paula e OLIVEIRA, Patrícia, *O novo regime jurídico do divórcio em avaliação*, Centro de Estudos sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 30 de Setembro de 2010;

- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *A autonomia do direito das Crianças*, coordenação de Armando Leandro, Álvaro Laborinho Lúcio, [e] Paulo Guerra, Pág. 79 a 88, Almedina, Coimbra, 2010;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *A fraude da síndrome de alienação parental e a protecção das crianças vítimas de abuso sexual*, in Conferência Internacional “O Superior Interesse da Criança e o Mito da “Síndrome de Alienação Parental”, no painel “A síndrome de alienação parental e os riscos para os direitos das mulheres e das crianças”, 3 de Novembro de 2011;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 5ª Edição, Almedina, Coimbra, 2011;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos Casos de Divórcio*, 5ª Edição, Almedina, Coimbra, 2011;
- TARUFFO, Michele, *La prueba de los hechos*, 2ª edição, Trotta, Milão, 2005;
- VACCARO, Sonia e PAYUETA, Consuelo Barea, *El pretendido Síndrome de Alienacion parental – un instrumento que perpetúa el maltrato y la violencia*, Desclée de Brouwer, Bilbao, Espanha, 2009;

Periódicos:

- AA.VV, *O Superior Interesse da Criança na perspectiva do respeito pelos seus direitos*, Instituto de Apoio à Criança, Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância, 1ª edição, Lisboa, 2008;
- CINTRA, Pedro/ SALAVESSA, Manuel/ PEREIRA, Bruno/ JORGE, Magda/ VIEIRA, Fernando, *Síndrome de Alienação Parental: Realidade Médico-Psicológica ou Jurídica?*, Julgar, nº7 – Janeiro/Abril, 2009, Coimbra Editora;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Síndrome de Alienação Parental e abuso sexual de crianças*, Boletim do IAC, nº 102, Outubro/Dezembro de 2011, Separata Nº35, 2011;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Uma análise Crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos Tribunais de Família*, in Julgar, nº13 – Janeiro/Abril 2011 publicação quadrimestral, 2011, Coimbra Editora;
- THOENNES, Nancy e TJADEN, Patricia G., *The extent, nature, and validity of sexual abuse allegations in custody/visitation disputes*, in Child Abuse & Neglect, Volume 14, Issue 2, 1990, Páginas 151–163;

Documentos Online:

- AA.VV, *Anuário Estatístico de Portugal – 2003*, Instituto Nacional de Estatística, 2004, disponível em: www.ine.pt; consulta a: 8/3/2012;
- AA.VV, *Anuário Estatístico de Portugal 2010*, Instituto Nacional de Estatística, 2011, publicado a 23 de Janeiro de 2012, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=107965716&DESTAQUESmodo=2; consulta a 20/2/2012;
- AA.VV, *CID-10 – Classificação Internacional de Doenças*, OMS-ONU, 1993, disponível em: http://www.psicologia.pt/instrumentos/dsm_cid/cid.php; consulta a 11/11/2011;
- AA.VV, *Declaración en contra del uso clínico y legal del llamado Síndrome de Alienación Parental*, Asociación Española de Neuropsiquiatría (Junta Directiva de la), 2010, disponível em: http://www.aen.es/docs/Pronunciamiento_SAP.pdf; consulta a 5/11/2011;
- AA.VV, *Dia Internacional da Família*, Instituto Nacional de Estatística, 2007, acedido em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=5518500&DESTAQUESmodo=2; consulta a 9/1/2012;
- AA.VV, *Divisão das tarefas domésticas (%) pelos agregados domésticos privados por Sexo, Frequência de realização das tarefas domésticas e Tipo (tarefas domésticas); Não Periódica*, Instituto Nacional de Estatística, 1999, Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001642&contexto=bd&selTab=tab2; consulta a 23/1/2012;
- AA.VV, *DSM-IV-TR - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, American Psychiatric Association, 1994, disponível em: http://www.psicologia.pt/instrumentos/dsm_cid/dsm.php; consulta a 11/12/2011;
- AA.VV, *Estatísticas APAV – violência doméstica 2011*, APAV, Fevereiro de 2012, disponível em: http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98; consulta a 8/3/2012;
- AA.VV, *Estatísticas Demográficas – Divorcialidade*, Instituto Nacional de Estatística, 2003, acedido em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=95943&att_display=n&att_download=y; consulta a 9/1/2012;

- AA.VV, *Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2011*, Instituto Nacional de Estatística, 2011, disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=135262110&PUBLICACOESmodo=2; consulta a 20/2/2012;
- AA.VV, *Forensic Science on Trial - Seventh Report of Session 2004–05*, House of Commons Science and Technology Committee, 16 de Março de 2005, disponível em: <http://www.secuestro-emocional.org/Doc/necesidadProtocoloAdmisibilidad-Daubert.pdf>, consulta a 2/3/2012;
- AA.VV, *General Comment No. 12 (2009) – The Right of the child to be heard*, Committee on the Rights of the Child (Comité para os Direitos da Criança), RC/C/GC/12, Geneva, 20 July 2009, acedido em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/comments.htm>; consulta a 20/1/2012;
- AA.VV, *Homens e Mulheres em Portugal – 2010*, Instituto Nacional de Estatística, 2010, acedido em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=87769374&PUBLICACOESmodo=2; consulta a 20/2/2012;
- AA.VV, *Indicadores sociais – 2009*, Instituto Nacional de Estatística, 2010, acedido em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=83386953&DESTAQUESmodo=2, consulta a 9/1/2012;
- AA.VV, *Indicadores Sociais 2010 - Principais Resultados*, Instituto Nacional de Estatística, 2011, acedido em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=132505528&att_display=n&att_download=y; consulta a 9/1/2012;
- AA.VV, *Informe del Grupo de Expertos y Expertas en Violencia Doméstica y de Género del Consejo General del Poder Judicial acerca de los problemas técnicos detectados en la aplicación de la Ley Orgánica 1/2004*, Consejo General del Poder Judicial, 2011, disponível em: http://www.poderjudicial.es/stfls/cgpj/OBSERVATORIO%20DE%20VIOLENCIA%20DOMESTICA/INFORMES/FICHERO/INFORME%20PROBLEMAS%20TECNICOS%20LO%201-2004-PROPUESTAS%20LEGISLATIVAS-2011-01_1.0.0.pdf; consulta a 12/11/2011;
- AA.VV, *Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999*, Instituto Nacional de Estatística, 2000, disponível em:

- http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74331&DESTAQUESmodo=2; consulta a 23/1/2012;
- AA.VV, Ministério da Justiça, Edição da Direcção-Geral da Política de Justiça, *Os números da justiça 2010 – Principais indicadores das Estatísticas da Justiça*, 2011, acedido em: http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/os-numeros-da-justica_1/downloadFile/attachedFile_f0/Os_numeros_da_Justica_2010.pdf; consulta a 12/1/2012;
- AA.VV, *Parental Alienation Syndrome (PAS)*, Best Interests of the Child in Custody Cases, acedido em: <http://www.stopcourtoorderedchildabuse.org/cgi-bin/cgiwrap/scoca/newpage.pl?h=6&p=1&v=off&l=English>; consulta a 22/2/2012;
- AA.VV, *Principles of European Family Law Regarding Parental Responsibilities*, Comissão de Direito da Família Europeu (Commission on European Family Law), acedido em: <http://www.ceflonline.net/Reports/Principles%20PR%20English.pdf>, consulta a 11/1/2012;
- AA.VV, *Protocolo Indicativo para recibir el testimonio del niño abusado*, Federación Argentina de Colegios de Advogados, 2005, disponível em: http://new.pensamientopenal.com.ar/sites/default/files/2011/08/microsoft_word_-_23proto_0.pdf, consulta a 16/1/2012;
- AA.VV, *Resolution 2005/20 - Guidelines on Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime*, United Nations Economic and Social Council, Julho de 2005, acedido em: <http://www.un.org/docs/ecosoc/documents/2005/resolutions/Resolution%202005-20.pdf>; consulta a 16/1/2012;
- AA.VV, *Tipologia das situações de perigo para a criança/jovem*, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, acedido em: http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF; consulta a 18/1/2012;
- BAREA, Maria José Blanco, *El Síndrome inquisitorial estadounidense de alienación parental*, acedido em: http://www.redfeminista.org/nueva/uploads/ALIENACION_PARENTAL.pdf; consulta a 21/2/2012;
- BRANCO, Eliana Patrício e PEDROSO, João, *Fragilidades e potencialidades do sistema de acesso ao direito e à justiça da família e dos menores: um estudo de caso (o MP e a promoção dos direitos das crianças)*, In VI Congresso Português de Sociologia,

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, 25 a 28 de Junho de 2008; acedido em:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/336_335_425%2520APS%25202008.pdf
f; consulta a 5/1/2012;

BRUCH, Carol S., *Parental Alienation Syndrome and Alienated Children - getting it wrong in child custody cases*, 2002, acedido em:
<http://www.thelizlibrary.org/site-index/site-index-frame.html#soulhttp://www.thelizlibrary.org/bruch/>; consulta a 11/11/2011;

CAMPO, Ana María Pérez del/ ESCUDERO, António/ GONZÁLEZ, Dolores/ MÉNDEZ, Rosa/ NAREDO, Covadonga/ VACCARO, Sonia e PLEGUEZUELOS, Eva, *Informe del grupo de trabajo de investigación sobre el supuesto síndrome de alienación parental*, Observatorio estatal de violencia sobre la mujer, 2010, *disponível em:*
<http://www.quieroayudarte.com/downloads/sap1212011definitivo.pdf>; consulta a 11/11/2011;

CARBAJAL, Victoria Fernández / MARTÍN, María González/ MORI, Sandra Blanco/ OCEJO, Elena Álvarez/ PÉREZ, María González, *Estudio Jurisprudencial sobre el impacto del sap en los Tribunales Asturianos*, 2010, acedido em:
<http://www.mujeresjuristasthemis.org/EstudioSAP.pdf>; consulta a 12/12/2012;

CASALEIRO, Paula, *Divórcio em Portugal*, 2003, acedido em:
<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2002013.pdf>; consulta a 7/1/2012;

DALLAM, S. J./ SILBERG, J. L., *Myths That Place Children At Risk During Custody Litigation*, 2006, disponível em:
http://www.leadershipcouncil.org/1/res/cust_myths.html; consulta a 15/11/2011;

DALLAM, Stephanie J., *The evidence for PAS: an examination of Gardner's Theories and Opinions*, 1998, disponível em:
http://www.childprotectionprogram.org/pdf/PAS_1.pdf; consulta a 15/11/2011;

DALTON, Clare/ J, George/ MATTHEWS, Kathleen Waters/ DROZD, Leslie M./ WONG, Frances, *Navigating Custody & Visitation Evaluations in Cases with Domestic violence: A Judge's Guide*, 2006, *disponível em:*
<http://www.thelizlibrary.org/liz/NCFCJ-guidebook.pdf>; consulta a 5/12/2011;

DORE, Margaret K., The “friendly parente” concept: a flawed factor for child custody; acedido em:
<http://www.thelizlibrary.org/liz/Dore-friendly-parent.pdf>, consulta a 15/12/2011;

- ESCUADERO, Antonio/ REDORTA, Lola Aguilar e LEIVA, Julia de la Cruz, *Análisis sobre las bases científicas del Síndrome de Alienación Parental de Gardner (SAP) y los riesgos de su aplicación como “trastorno médico y psiquiátrico” en los juzgados de España*, 2008, acedido em: http://www.soniavaccaro.com/images_sonia%20vaccaro/analisis_sap_%28pas%29AEN%201.pdf; consulta a 16/11/2011;
- FALLER, Kathleen Coulborn, *The Parental Alienation Syndrome: What is it and What Data support it?*, 1998, acedido em: <http://www.leadershipcouncil.org/docs/Faller1998.pdf>; consulta a 11/11/2011;
- GARCÍA, Javier Hernández, *Decisión judicial y ciencia: Una relación problemática*, 2006, disponible em: <http://www.madrimasd.org/informacionIdi/analisis/analisis/analisis.asp?id=28399>; consulta a 14/2/2012;
- GARDNER, Richard, *Denial of the Parental Alienation Syndrome Also Harms Women*, 2002, acedido em: <http://www.secuestro-emocional.org/pas/gard02a.htm>; consulta a 9/11/2011;
- GARDNER, Richard, *Parental Alienation Syndrome (PAS): Sixteen Years Later*, 2001, acedido em: <http://www.rhfinc.org.au/docs/later.pdf>; consulta a 10/11/2011;
- GARDNER, Richard, *Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?*, 2002, acedido em: <http://www.secuestro-emocional.org/pas/gard02b.htm>; consulta a 11/11/2011;
- GARDNER, Richard, *Recent Trends in Divorce and Custody Litigation*, Academy Forum, Volume 29, Number 2, pág. 3 a 7, 1985, acedido em: <http://fact.on.ca/Info/pas/gardnr85.htm>; consulta a 10/11/2011;
- GARDNER, Richard, *Should Courts Order PAS Children to Visit/Reside with the Alienated Parent? A Follow-up Study*, 2001, acedido em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard01a.htm>; consulta a 9/11/2011;
- GARDNER, Richard, *The Role of the Judiciary in the Entrenchment of the Parental Alienation Syndrome (PAS)*, 2002, acedido em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard02d.htm>; consulta a 10/11/2011;

- HOULT, Jennifer, *The Evidentiary Admissibility of Parental Alienation Syndrome: Science, Law, and Policy*, 2006,
 acedido em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=910267, consulta a 11/11/2011;
- KATZ, Sanford, S., *That They May Thrive' Goal of Child Custody: Reflections on the Apparent Erosion of the Tender Years Presumption and the Emergence of the Primary Caretaker Presumption*, Boston College Law School , April 1992,
 acedido em: [http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1043&context=sanford_katz&ei-
 vZWqDA%26usg%3DAFQjCNF_OR3Nz2U89VihSvQ1Eq2fH75YUQ#search=%22sanford%20katz%2C%20may%20thrive%20goal%20child%20custody%3A%20reflections%20erosion%20tender%20years%20presumption%20emergence%20primary%20caretaker%22](http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1043&context=sanford_katz&ei-

 vZWqDA%26usg%3DAFQjCNF_OR3Nz2U89VihSvQ1Eq2fH75YUQ#search=%22sanford%20katz%2C%20may%20thrive%20goal%20child%20custody%3A%20reflections%20erosion%20tender%20years%20presumption%20emergence%20primary%20caretaker%26source%3Dweb%26cd%3D3%26ved%3D0CDUQFjAC%26url%3Dhttp%253A%252F%252Fworks.bepress.com%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1043%2526context%253Dsanford_katz%26ei%3DfJ8eT4aCLYbu), consulta a 4/1/2012;
- KELLY, John B. and JOHNSTON, Janet R., *The alienated child: a reformulation of PAS*, 2001,
 acedido em: <http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>, consulta a 20/1/2012;
- LOPEZ, Paloma Marín, *Resistencias a la aplicación de la ley integral. El supuesto SAP y su proyección en las resoluciones judiciales*, III Congreso del Observatorio contra la Violencia Doméstica y de Género - “Algunos problemas en torno a la guarda y custodia de menores”, 2010,
 disponível em: <http://www.prodeni.org/Documentos%20pdf/Resistencias%20aplicacion%20Ley%20integral-SAP%20y%20resoluciones%20judiciales.pdf>; consulta a 3/1/2012;
- MCDONALD, Merrillyn, *The myth of epidemic false allegations of sexual abuse in divorce cases*, 1998,
 acedido em: <http://www.omsys.com/mmcd/courtrev.htm - Rcr24591>; consulta a 25/11/2011;

- MEIER, Joan S., *A Historical Perspective on Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation*, 2009, acessado em: <http://www.dvleap.org/LinkClick.aspx?fileticket=dUauj0V-0Fs%3d&tabid=181>; consulta a 5/12/2011;
- MEIER, Joan S., *Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Research Reviews*, 2009, acessado em: http://vawnet.org/Assoc_Files_VAWnet/AR_PAS.pdf; consulta a 5/12/2011;
- MERCER, Kathryn L., *A Content Analysis of Judicial Decision-Making - How Judges Use the Primary Caretaker Standard to Make a Custody Determination*, 5 Wm. & Mary J. Women & L. 1, 1998, acessado em: <http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1249&context=wmjowl&ei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3D%26rct%3Dj%26q%3Dprimary%2520caretaker%2520doctrine%2520criteria%2520preparation%2520and%2520planning%2520meals%2520bath%26source%3Dweb%26cd%3D9%26ved%3D0CG8QFjAI%26url%3Dhttp%253A%252F%252Fscholarship.law.wm.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1249%2526context%253Dwmjowl%26ei%3DIXgcT-tNhtCzBpPo2Uc%26usg%3DAFQjCNG0byp--DXoghtA6e3TXV7yI4VGeQ#search=%22primary%20caretaker%20doctrine%20criteria%20preparation%20planning%20meals%20bath%22>, consulta a 4/1/2012;
- SALAVERRÍA, Juan Igartuja, *Prueba científica y decisión judicial – unas anotaciones propedéuticas*, disponível em: www.carloscolmenares.com; consulta a 17/2/2012;
- SALES, Lilia Maia de Moraes e VASCONCELOS, Mônica Carvalho, *A família na contemporaneidade e a mediação familiar*, 2005, acessado em: http://www.mediacaobrasil.org.br/artigos_pdf/5.pdf; consulta a 2/1/2012;
- SANI, Ana Isabel, *Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar*, in *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, 849-864, acessado em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100008>; consulta a 27/3/2012;
- SOTTOMAYOR, Maria Clara, *O mito da síndrome de alienação parental - Os riscos para os direitos das mulheres e das crianças*, in Conferência Internacional “O Superior Interesse da Criança e o Mito da “Síndrome de Alienação Parental” (obra em vias de publicação), 3 de Novembro de 2011; acessado em: <http://projectocriar.blogspot.pt/2012/01/conferencia-internacional-o-superior.html>; consulta a 20/3/2012;

SOTTOMAYOR, Maria Clara e MONTEIRO, Leonor Valente, *Manual Ousar Vencer – Capítulo III - Processos de Regulação do Poder Paternal e Violência Familiar*, acedido em:

http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=64:capitulo-iii-processos-de-regulacao-do-poder-paternal-e-violencia-familiar&catid=46:manual-ousar-vencer&Itemid=12; consulta a 20/1/2012;

TURQUET, Laura *et al.*, *El progreso de las mujeres en el mundo – En busca de la justicia*, Relatório elaborado no âmbito da ONU Mulheres, 2011, acedido em: <http://www.portalodm.com.br/o-progreso-das-mulheres-no-mundo-em-busca-da-justica-odm3--bp--432--np--1.html>, consulta a 11/1/2012;

WALKER, Lenore, A., “*A Critical Analysis of Parental Alienation Syndrome and Its Admissibility in the Family Court*”, 2004, acedido em: http://www.ub.edu/grc_psicosao/simposium/Simposiu_materials/SAP/WALKER%202004.pdf; consulta a 11/11/2011;

Legislação e documentação conexa:

Código Civil Português - aprovado pelo DL n.º 47344/66, de 25 de Novembro, 58ª versão, actualizado até à Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto;

Código Penal Português - DL n.º 48/95, de 15 de Março, actualizado até à lei Lei n.º 56/2011, de 15 de Novembro;

Constituição da República Portuguesa - aprovada pelo Decreto- Lei de 10 de Abril de 1976, de acordo com a VII Revisão Constitucional, com as alterações introduzidas pela Lei Constitucional 1/2005, de 12.08, publicada no D.R. n.º 155, Série I-A;

Convenção Europeia dos Direitos Humanos (*Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais*), adoptada pelo Conselho da Europa, em 4 de Novembro de 1950, com entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa a 9 de Novembro de 1978, aprovada para ratificação pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 236/78 (rectificada por Declaração da Assembleia da República publicada no Diário da República, I Série, n.º 286/78, de 14 de Dezembro) e, actualizada com as modificações introduzidas pelo Protocolo n.º 14 (STCE n.º 194), em vigor desde 1 de Junho de 2010;

Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança, adoptada em 25 de Janeiro de 1996, pelo Conselho da Europa em Estrasburgo, e assinada por Portugal em 6 de Março de 1997, em Estrasburgo, nos termos do Aviso nº 149/97, publicado em Diário da República, nº 108 de 10-5-1997;

Convenção Sobre os Direitos da Criança - aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 08.06, publicada no DR 211/90, Série I, 1º Suplemento, de 12 de Setembro de 1990, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12.09;

Declaração dos Direitos da Criança, Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948, e Publicada no Diário da República, I Série, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978.

Despacho 18778/2007, de 22.08, introduzido pelo DL 133/99, de 28.08, publicado na II Série do Diário da República, do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça que regula a actividade do sistema de mediação familiar em Portugal;

Exposição de motivos do Projecto de Lei n.º 509/X, *Alterações ao Regime Jurídico do Divórcio*, elaborada pelos Deputados do Partido Socialista, em 10 de Abril de 2008;

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei 31/2003, de 22 de Agosto, publicada no Diário da República 193, Série I-A, de 22 de Agosto de 2003;

Lei Tutelar Educativa – Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, publicada no Diário da República, I série-A, Nº215, de 14 de Setembro de 1999;

Lei 61/2008 de 31 de Outubro – Alteração ao regime jurídico do divórcio, publicada no Diário da República *1ª série, Nº 212, de 31 de Outubro de 2008*;

Organização Tutelar de Menores - DL 314/78, publicado no Diário da República nº248, série I, alterado pela Lei 31/2003, de 22.08, publicada no Diário da Republica n.º 193, Série I-A;

Recomendação R (84) 4 sobre as responsabilidades parentais, adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 28 de Fevereiro de 1984;

Jurisprudência Consultada:

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 22 de Abril de 2009, Processo nº 2912/06.9TALRA.C1, Relator: ORLANDO GONÇALVES, acedido em: http://www.trc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1551:movimento-judicial-ordinario-julho-2008&catid=70:processopenal&Itemid=76; consulta a 3/3/2012;

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18 de Maio de 2010, Processo nº 35/09.8TACTB.C1, Relator: ALBERTO MIRA, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8410534c42c890c58025773f0037a804?OpenDocument&Highlight>; consulta a 27/3/2012;

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 13 de Janeiro de 2005, Processo nº 1635/04-2, Relator ÁLVARO RODRIGUES, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/f26d3c5c19229ab7802576a50057eebd?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 24 de Maio de 2007, Processo nº 232/07-3, Relator MATA RIBEIRO, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c7dd77aa367806b480257372004f7631?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7%C3%A3o,parental>, consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 6 de Fevereiro de 2005, Processo nº 946/05-3, Relator ÁLVARO RODRIGUES, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/8d63a5719aafb33802576a300536a01?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 24 de Novembro de 2009, Processo nº 2142/07.2TBFAF.G1, Relator MARIA LUÍSA RAMOS, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c56b10f7b3c9a16d802576a40038fc83?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7%C3%A3o,parental>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12 de Novembro de 2009, Processo nº 6689/03.1TBCSC-A.L1-2, Relator JORGE LEAL, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/827141d6794823df802576b2005c3e1f?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7%C3%A3o,parental>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de Setembro de 2010, Processo nº 1169/08.1TBCSC-A.L1-1, Relator PEDRO BRIGHTON, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/e4d2e9e5000eb4f2802577ad0036e9e2?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 15 de Dezembro de 2009, Processo nº 88/2002.L1-7, Relator ROSA RIBEIRO COELHO, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/0ed40740ddb8ebed802576ac00432d3f?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7%C3%A3o,parental>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 17 de Fevereiro de 2005, Processo nº 343/2005-6, Relator FÁTIMA GALANTE, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/46802035f1b6f3778025707a00342d1f?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19 de Maio de 2009, Processo nº 2190/03.1TBCSC-B.L1-7, Relator ARNALDO SILVA, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c0841b304e6d7aa5802575d80036ebf3?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7%C3%A3o,parental>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19 de Maio de 2009, Processo nº 2190/03.1TBCSC-B.L1-7, Relator ARNALDO SILVA, acedido em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c0841b304e6d7aa5802575d80036ebf3?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 26 de Janeiro de 2010, Processo nº 1625/05.3TMSNT-C.L1-7, Relator ANA RESENDE, in Base Jurídico-Documental do

Ministério da Justiça, acedido em:
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/9510293a13ca4ab3802576d3004430db?OpenDocument&Highlight=0,aliena%C3%A7> ; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27 de Outubro de 2011, Processo nº 2373/10.8TMLSb-A.L1-2, Relator EZAGUY MARTINS, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em:
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c19331f96d658f1d8025743b0049f1d5?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 4 de Outubro de 2007, Processo nº 5221/2007-8, Relator BRUTO DA COSTA, acedido em:
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/612e4f7bebaa951f802573b0005945f4?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de Julho de 2008, Processo nº 5895/2008-1, Relator ROSÁRIO GONÇALVES, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em:
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/3940d84344b89361802574c00057da2d?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 20 de Outubro de 2009, Processo nº 134/04.2TBOVR-C.P1, Relator SÍLVIA PIRES, in Base Jurídico-Documental do Ministério da Justiça, acedido em:
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/c5301573cf067008802576620058fe5b?OpenDocument>; consulta a 23/11/2011;

C.J.L. v. M.W.B, Ala. Civ. App. LEXIS 100, February 28, 2003, disponível em:
http://www.leadershipcouncil.org/1/pas/leg.html#discussing_in_dicta; consulta a 13/3/2012;

DAUBERT v. MERRELL DOW PHARMACEUTICALS, INC., 509 U.S. 579 (1993), U.S. Supreme Court, WILLIAM DAUBERT, ET UX., ETC., ET AL., PETITIONERS v. MERRELL DOW PHARMACEUTICALS, INC. CERTIORARI TO THE UNITED STATES COURT OF APPEALS FOR THE NINTH CIRCUIT No. 92-102, Argued March 30, 1993 Decided June 28, 1993, disponível em:
<http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=509&invol=579>; consulta a 15/12/2011;

PEOPLE v. FORTIN, The PEOPLE of the State of New York, Plaintiff, v. Michael FORTIN, Defendant, March 14, 2000, disponível em: <http://caselaw.findlaw.com/ny-county-court/1030871.html>; consulta a 15/12/2011;

PEOPLE v. LOOMIS, The PEOPLE of the State of New York, Plaintiff, v. Philip LOOMIS, Defendant, March 20, 1997, disponível em: <http://caselaw.findlaw.com/ny-county-court/1424611.html>; consulta a 15/12/2011;

Snyder v. Cedar, 2006 Conn. Super. LEXIS 520 (2009), disponível em: <http://www.dvleap.org/Programs/CustodyAbuseProject/PASCaseLaw.aspx>; consulta a 5/12/2011;

Documentos em formato audiovisual:

AA.VV, *Breaking the Silence: Children's Stories*, PBS, 2005, acedido em: <http://video.google.com/videoplay?docid=2994130110182503533#>; consulta a 11/12/2011;

RAMOS, José Ramos e, *Filha Roubada*, Programa Linha da Frente, RTP, 2010, acedido em: <http://www.rtp.pt/blogs/programas/linhadafrente/?FILHA-ROUBADA.rtp&post=5873>; consulta a 11/12/2011;

